



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

**CONTEXTO HISTÓRICO, LINGUÍSTICO E EDUCACIONAL DOS SURDOS,
AO LONGO DOS TEMPOS:**

**Um novo paradigma construído na realidade da escola bilíngue para surdos em
Sumé - PB**

**SUMÉ - PB
2014**

ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

**CONTEXTO HISTÓRICO, LINGUÍSTICO E EDUCACIONAL DOS SURDOS,
AO LONGO DOS TEMPOS:**

**Um novo paradigma construído na realidade da escola bilíngue para surdos em
Sumé - PB**

**Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura em Educação do Campo da
Universidade Federal de Campina Grande,
Centro de Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciado em
Educação do Campo, na área de Linguagens
e Códigos.**

**Orientadora: Professora Joyce Gomes de
Alencar.**

**SUMÉ - PB
2014**

N244e Nascimento, Adriana Farias do.

Contexto histórico. Linguístico e educacional dos surdos ao longo dos tempos ; um novo paradigma construído na realidade da escola bilíngue para surdos em Sumé – PB. / Adriana Farias do Nascimento. - Sumé - PB: [s.n], 2014.

63 f.

Orientadora: Professora Joyce Gomes de Alencar.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

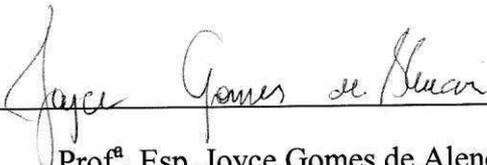
1. Surdos – escola bilíngüe. 2. Escola bilíngüe. 3. Desenvolvimento linguístico - surdos. I. Título.

CDU: 376(043.3)

ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo na área de Linguagens e Códigos.

BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Esp. Joyce Gomes de Alencar

Prof^ª. Orientadora



Prof^ª. Dra. Shirley Barbosa das Neves Porto

Prof^ª. Examinadora Externa



Prof^ª. Msc. Marcelle Ventura Carvalho

Prof^ª. Examinadora Interna

Aprovada em 16 de 04 de 2014

Dedico este trabalho a toda comunidade surda Sumeense, pois os surdos foram o entusiasmo e o motivo para a concretização deste.

AGRADECIMENTOS

Em especial a Deus que, como autor da vida, me concedeu forças para conseguir realizar mais este objetivo. Senhor Deus na pessoa do Pai, Filho e Espírito Santo, obrigada porque sei que sempre estás presente em minha vida, tanto nos momentos mais difíceis, como nas alegrias e conquistas.

Aos meus pais (Francisco e Eunice), irmãos (José e Ailton) e familiares, o meu obrigada por compreender me, incentivar e ajudar. Sem o apoio de vocês jamais teria conseguido concluir esta etapa da minha vida.

À D. Maria e Ednalva, obrigada, pois o apoio e carinho de vocês foram imprescindíveis na conquista deste sonho.

À minha Professora Orientadora Joyce Gomes de Alencar, que me compreendeu pacientemente nos momentos de dificuldades e que me possibilitou análises, reflexões e construção do conhecimento, muito obrigada.

A você Professora Shirley Barbosa das Neves Porto, que me conduziu para o encantamento com a comunidade surda, o meu carinho e agradecimento.

Aos professores da Licenciatura em Educação do Campo, que durante o curso estiveram ministrando suas disciplinas e incentivando-me na construção do conhecimento. Vocês contribuíram imensamente com a minha formação, o meu obrigada a todos.

Aos meus colegas de turma a minha gratidão. No principio era um sonho em comum que parecia tão longínquo, no entanto, com o tempo, no transcorrer desses anos, aceitamos uns aos outros, ofertamos todo nosso jeito, as melhores e as piores partes. Momentos bons e ruins sempre serão lembrados, pois neles vencemos as batalhas do dia-a-dia. Com certeza, hoje, cada um de nós tem um pouco do outro, pois aprendemos a conviver e a aprender. Que a distância não dissipe as nossas ideias, mas as determine, ampliando-as em prol da transformação educacional. Os colegas que desviaram o seu rumo desta caminhada serão sempre lembrados com ternura.

Aos diretores, coordenadores, funcionários e instituições nas quais os estágios foram realizados, a minha gratidão por realizarem um trabalho de fundamental relevância para a nossa vida acadêmica, pois, por meio do empenho de vocês, pudemos vivenciar e visualizar pilares de ensino, pesquisa e extensão, indispensáveis para o nosso desenvolvimento no curso e na vida profissional.

EPÍGRAFE

“Poema: lamento oculto de um Surdo

Quantas vezes eu pedi uma Escola de Surdo e você achou melhor uma escola de ouvinte. Várias vezes eu sinalizei as minhas necessidades e você as ignorou, colocando as suas idéias no lugar.

Quantas vezes eu levantei a mão para expor minhas idéias e você não viu. Só prevaleceram os seus objetivos ou você tentava me influenciar com a história de que a Lei agora é essa... E que a Escola de Surdo não pode existir por estar no momento da "Inclusão". Eu fiquei esperando mais uma vez... Em meu pensamento... Ser Surdo de Direito é ser "ouvido"... É quando levanto a minha mão e você me permite mostrar o melhor caminho dentro de minhas necessidades.

Se você, Ouvinte, me representa, leve os meus ensejos e as solicitações como eu almejo e não que você pensa como deve ser. No meu direito de escolha, pulsa dentro de mim: Vida, Língua, Educação, Cultura e um Direito de ser Surdo. Entenda somente isso”!

(SHIRLEY VILHALVA /2004)

RESUMO

Este trabalho investiga o desenvolvimento linguístico e educacional dos alunos que estudam na Escola Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, localizada na cidade de Sumé, um espaço educacional que deveria ser pólo linguístico e educacional para os surdos do cariri paraibano. A pesquisa se efetiva de acordo com a abordagem qualitativa. Os instrumentos de coleta de dados foram a observação, o registro em caderno de campo e entrevista semi-estruturada com os discentes surdos. O objetivo geral propõe verificar as mudanças que ocorreram no processo linguístico, educacional e familiar dos surdos após ingresso nesta instituição para surdos em Sumé, fazendo um breve recorte histórico desde antiguidade até os dias atuais. Os objetivos específicos destinam-se a investigar como a mudança na perspectiva educacional possibilitou avanços linguístico para os alunos surdos, descrever e analisar as situações que envolvem o processo de apropriação linguística e o desenvolvimento educacional dos mesmos na referida escola. Para análise do desenvolvimento linguístico e educacional dos surdos, realizou-se um comparativo entre a situação vivenciada no passado e a atual condição dos estudantes surdos. No contexto familiar analisa-se o processo de comunicação entre os membros da família cotidianamente, antes e depois do aluno ingressar na Escola Bilíngue, e o interesse da família em aprender Libras para estabelecer uma comunicação efetiva; e no âmbito educacional as suas vivências na escola regular, e a aprendizagem neste espaço educativo. E, finalmente, a experiência dos alunos no cenário educacional bilíngue, e as mudanças ocorridas na vida de cada um, após adentrarem para estudar nesta instituição. Nossos resultados nos dizem que possível apontar a abordagem educacional bilíngue como aquela que melhor permitem o desenvolvimento do estudante surdo, pois respeita as suas particularidades linguísticas, educacionais e culturais.

Palavras-chave: Surdo. Contexto histórico. Escola Bilíngue. Desenvolvimento linguístico. Desenvolvimento educacional. .

ABSTRACT

This study investigates the linguistic and educational development of the students at Bilingual School for Deaf People “NossaSenhora da Conceição”, in the city of Sumé, an educational space that should be a linguistic and educational center for deaf people on Paraíba’s scariri. The research is made by a qualitative approach. The data gathering instruments were the observation, field notebook records and semi-structured interviews with deaf students. Our general objective was to verify the changes that occurred in the linguistic, educational and familiar process of the subjects after joining this Institution for Deaf People in Sumé, making a brief historical view from antiquity to the present day. Our specific objectives were to investigate how the changes in the educational perspective allowed linguistic advances for deaf students, describe and analyze the situations involving their linguistic appropriation process and the educational development in this school. To analyze the student’s educational and linguistic development, it was done a comparative between their lives in the past and their present condition. In the family context, we analyze the communication process between family members, daily, before and after the student joined the Bilingual School, and the family interest on learning Libras (Brazilian Sign Language) to establish effective communication and in the educational field, experiences in their regular school, and learning in this educational space. Finally, the student’s improvement on bilingual education and the changes on their lives, after joining this institution. The results tell us that it is possible to point the bilingual education approach as the one that best enables the development of the deaf student respecting their linguistic, educational and cultural particularities.

Keywords: Deaf people. historical context. Bilingual School. Linguistic development. Educational development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDSA	Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
CT	Comunicação Total
ED	Educação Infantil
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
EJA	Educação de Jovens e adultos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua
LDB	Lei De Diretrizes E Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
OPPS	Observatório de Políticas Públicas do Semiárido
PB	Paraíba
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
UAEDUC	Unidade Acadêmica de Educação do Campo
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
ZR	Zona Rural
ZU	Zona Urbana

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS EM SUMÉ: UM MARCO HISTORICO NA EDUCAÇÃO DO CARIRI.....	14
2.1	CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: O PERCURSO DA SOCIEDADE AO LONGO DOS TEMPOS PARA A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE DOS SURDOS SUMEENSES.....	26
2.2	BRASIL E SEMIÁRIDO PARAIBANO: UM PASSEIO PELO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS.....	24
2.3	LEIS: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO E AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA OS SURDOS BRASILEIROS.....	27
3	O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO LINGUÍSTICA E DESEMPENHO EDUCACIONAL DO SURDO.....	29
3.1	DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO DA PESSOA SURDA.....	29
3.2	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO.....	31
3.3	COMUNIDADE SURDA EM SUMÉ.....	33
4	APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA.....	35
4.1	CENÁRIO EMPÍRICO DA PESQUISA.....	35
5	ANÁLISE DOS DADOS.....	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	52
	APÊNDICE A -SOLICITAÇÃO PARA COLETA DE DADOS NA ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS NOSSA S. DA CONCEIÇÃO- SUMÉ.....	55
	APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57
	APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE	

CONDUÇÃO DA ENTREVISTA.....	59
ANEXO A – LEI MUNICIPAL Nº1.052, de 30 de Março de 2012.....	61
ANEXO B – CARTA DE INTENÇÕES PARA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL.....	64
ANEXO C- ATA DA REUNIÃO DE CRIAÇÃO DA U.M.E.I.E.F BILÍNGUE PARA SURDOS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DE SUMÉ.....	67
ANEXO D- IMAGENS.....	69

1 INTRODUÇÃO

O curso de Licenciatura em Educação do Campo permite em nossa formação acesso a conhecimentos que nos possibilitam escolher a área de ação educacional que por causa da maior identificação, passamos a desejar atuar em sala de aula, para assim construirmos reflexões.

A vida acadêmica possibilitou-me um encantamento com a educação de surdos, que teve início no quarto período quando cursei a disciplina de Educação Especial e organizei um seminário sobre Educação de Surdos. Esta foi uma experiência motivadora para conhecer melhor o tema. Dentro desta mesma perspectiva de descobrimento dos caminhos para a minha docência, no quinto período, o curso proporcionou a experiência com a disciplina Língua Brasileira de Sinais (Libras), regulamentada no Decreto 5626/05 como obrigatória para as licenciaturas, pois o Art. 3º determina:

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

A vivência com a disciplina Libras possibilitou-me uma reflexão acerca da educação de surdos, como ela é contemplada nas políticas públicas, me provocando a refletir e questionar se o sistema educacional brasileiro realmente é inclusivo.

Logo em seguida ao término da disciplina, fui aprovada para o Programa de Extensão Universitária (PROEXT/MEC 2012), vinculado ao Observatório de Políticas Públicas do Semiárido (OPPS). No momento da entrevista para a seleção, mais uma vez escolhi estar no grupo de Educação de Surdos e Direitos Humanos. Foi um ano de vivência com os surdos e aprendizados vários, que me permitiram perceber o quanto o sistema educacional brasileiro é incompatível com as necessidades educacionais dos surdos, pois não respeita suas singularidades individuais ou de grupo, visto que o modelo educacional que está em vigor legitima a exclusão do surdo e mantém a hegemonia dos ouvintes.

Para que o sistema educacional contemplasse realmente o surdo, como ressalta Lima (2011), ele teria que organizar-se de modo a respeitar a língua de sinais:

Para que haja inclusão social das pessoas surdas, com o objetivo de participação social efetiva, sem a inevitável submissão a que as minorias são expostas, as escolas precisam organizar-se, considerando as questões educacionais mais amplas, relacionadas a discussão atual sobre a importância de definição de propostas pedagógicas para as escolas e, sobretudo, no caso específico da surdez, as

especificidades relativas ao reconhecimento político da surdez, tendo como símbolo maior a língua de sinais (LIMA, 2011, p. 148).

Essas palavras de Lima (2011) ecoam em nós, pois ao longo dos últimos dois anos, estando cotidianamente dentro da Escola, podemos perceber que a inclusão educacional do surdo só ocorre em nível satisfatório na Escola Bilíngue para surdos, visto que as práticas pedagógicas respeitam as especificidades e potencializa o desenvolvimento das novas habilidades de seus estudantes.

A interação com seus pares, a troca de experiências utilizando a língua de sinais oportuniza ao estudante surdo o direito ao exercício da cidadania enquanto falante de uma língua nativa,(primeira língua adquirida) e coloca em destaque o protagonismo surdo, na perspectiva de aquisição da Libras como primeira língua e direito linguístico.

Estas nossas experiências e o panorama educacional vivenciado pelos surdos ao longo da história motivaram-nos para a realização do desejo de investigar e refletir a respeito das mudanças ocorridas na vida dos estudantes surdos em Sumé a partir da efetivação do direito educacional e linguístico, obtidos com a implantação da escola bilíngue para surdos no município.

O resultado de vivências e leituras foram postos neste trabalho, distribuído em três capítulos que tratam dos aspectos teóricos e metodológicos do Trabalho, o quarto capítulo refere-se à análise dos dados. Rematamos nosso trabalho com as considerações finais.

No primeiro capítulo vamos discorrer sobre o marco histórico na educação de surdos, que foi a implantação da Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, localizada na cidade de Sumé, a instituição que propõe a ser pólo linguístico e educacional de surdos no cariri tinha como uma de suas metas mudar o cenário social e educacional vivenciado por estes sujeitos caririzeiros. Também exporemos o contexto histórico e político, mundial e nacional de educação de surdos, que para muitos, é desconhecido. Moura (2000), Stobãus e Mosquera (2003), Ramires e Masutti (2009), Porto (2012), Gianini (2012).

No segundo capítulo para efeito de compreensão da importância da libras para os surdos apresentaremos os processos de desenvolvimento; abordaremos o desenvolvimento linguístico e educacional dos alunos surdos, visto que a Libras ainda é incipiente a até mesmo, desconhecida em grande parte do Brasil e o sistema educacional vigente corrobora para um modelo hegemônico de educação que nega o surdo como minoria linguística. Gleitman; Fridlund; Reisberg (1999), Quadros (1997), Quadros, (2006), Strobel (2008) Stumpf (2009) Sacks (2010), Arcoverde (2011), Dorziat (2011), Porto (2012).

No tocante ao terceiro capítulo apresentaremos a metodologia, empregada na pesquisa, o perfil dos sujeitos surdos participantes da investigação, como também o cenário educacional da Escola Bilíngue para surdos “Nossa Senhora da Conceição”, espaço em que foi realizado o processo de investigação.

No quarto capítulo traremos a análise dos dados e as sistematizações dos resultados, obtidos na pesquisa, com subsídio dos teóricos especializados na área. Porto (2012), Perlin (1998), Strobel (2008), Quadros (2005).

Nas considerações finais traremos um breve panorama da realidade educacional dos surdos de Sumé.

2 ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS EM SUMÉ: UM MARCO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO DO CARIRI

A educação bilíngue para surdos é a incursão no fascinante mundo visual da língua de sinais, em que se “ouve” através do silêncio, e aprende-se respeitando as diferenças linguísticas.

(Adriana Farias do Nascimento/2013)

Em meio às ações advindas do Movimento Surdo Nacional, por uma política educacional bilíngue para surdos, protagonizada pela Federação Nacional para Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), uma grande conquista ocorreu na região do cariri, semiárido paraibano, que foi a implantação da Unidade Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (UMEIEF) Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, na cidade de Sumé.

O município apresenta uma população de 16. 060 habitantes, uma cidade de pequeno porte, com a densidade demográfica que é de 19,16 hab/km², de acordo com dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Escola Bilíngue no município, caracteriza-se como um espaço educacional surgido na contramão da educação oferecida pelo Ministério da Educação (MEC), um progresso conseguido dentro de uma história de insucessos e opressões. Visto que os surdos da cidade desconheciam essa abordagem educacional.

Os avanços no desenvolvimento dos surdos do município permitiram a organização da comunidade surda, espaço social que propicia o desenvolvimento da cultura surda que esta pautada na comunicação e vivências através da língua de sinais que se realiza no espaço-visual e preserva a identidade destes sujeitos, além de acender oportunidades e vislumbrarem-se novas perspectivas frente à sociedade, pois a emancipação do surdo que utiliza a língua a língua de sinais assegura participação nas decisões, o comportamento frente às exclusões é de afirmação da surdez, e luta por seus direitos de igual para igual com os ouvintes.

O direito linguístico do surdo de ter a Libras como L1 e de ser bilíngue, passa a ter efeito legal a partir da Lei Federal Nº 10.436, aprovada em 24 de abril de 2002. A lei reconhece a Libras, como língua oficial da comunidade surda e em seu Art. 1º afirma: “É

reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados”.

Esta Lei assegurou, desde 2002, o direito de cidadania da identidade dos surdos, porém em Sumé os surdos viviam em um processo de invisibilização social, e não exerciam o direito efetivo da língua de sinais e a comunicação dava-se por meio de gestos criados no cotidiano doméstico. Situações desta natureza são aplicáveis as demais cidades do cariri paraibano. Como destaca Porto *et al*,

A Libras, apesar de ser língua nacional desde 2002, ainda é desconhecida em muitas regiões do país. Nem todas as pessoas sabem que ela existe, ou se sabem de sua existência, desconsideram seu papel fundamental para o desenvolvimento dos surdos. Desse modo, pela falta de disseminação da Libras pelo interior do país, quando muitos pais percebem ou descobrem que seu filho é surdo, não têm comunidades surdas sinalizadoras para inserirem seus filhos e também para aprenderem. Assim, os pais da criança surda vão criando “gestos domésticos específicos” para suprir as necessidades de comunicação com o filho surdo. (PORTO *et al*, 2012, p.140)

Assim, a implantação da escola bilíngue para surdos em Sumé proporcionou mudanças no contexto linguístico, educacional e cultural dos surdos, pois passou a viabilizar o desenvolvimento de uma auto-afirmação enquanto surdo e oportuniza aos alunos que a frequentam vivenciarem o cotidiano pedagógico tendo a Libras como língua de instrução para a aprendizagem.

Nossas leituras, observações e, principalmente, a vivência na escola, nos permitiram ver, diante do contexto escolar e social, que a Libras é a língua que melhor garante um pleno desenvolvimento ao surdo, enquanto que a língua portuguesa escrita confere a estes sujeitos estarem inseridos em um contexto que a escrita circula de forma permanente. Moura (2000), Strobel (2008), Sacks (2010), Dorziat (2011).

O contexto histórico da educação dos surdos, nos remonta para momentos de preconceitos, opressões e fracassos em que os surdos eram tidos como incapazes, uma construção histórica que deixou marcas profundas, ainda visíveis na contemporaneidade.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS: O PERCURSO DA SOCIEDADE AO LONGO DOS TEMPOS PARA A CONSTRUÇÃO DA REALIDADE DOS SURDOS SUMEENSES

A história dos surdos e de sua educação apresenta aspectos de opressões e preconceitos sofridos, devido a uma construção estereotipada¹ deste sujeito como um incapaz ou doente. Ainda hoje é possível encontrar as marcas deixadas por estas estigmatizações dentro da nossa sociedade, por isso a relevância de recontar a história dos surdos, pois esta é para muitos, ainda desconhecida.

Dentro de recorte histórico, nossas leituras² nos mostram que na Idade Antiga, período entre gregos e romanos, os surdos, como as demais pessoas com deficiência, não eram considerados seres humanos, portanto não tinha nenhum direito dentro da sociedade, eram indivíduos tidos como incapazes e retardados, por não poderem comunicar-se oralmente. A segregação a estes sujeitos era justificada pelo intuito de não contaminar a sociedade perfeita.

Em algumas sociedades o extermínio era tido como a saída para preservação da ordem, conforme explica Misés (1977),

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nos as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las. (*apud* STOBÁUS; MOSQUERA, 2003, p. 16).

Na Idade Média, até o século XII d.C, os mesmos eram impedidos de casarem e constituírem família. Este fato acontecia, porque a Igreja Católica acreditava que as almas dos surdos não poderiam ser eternas, devido a estes não poderem expressar oralmente os

¹“(…) é uma visão supesimplificada e usualmente carregada de valores sobre as atitudes, comportamento e expectativas de um grupo ou de um indivíduo. Tais visões, que podem ser profundamente baseadas em culturas sexistas, racistas ou preconceituosas, são altamente resistentes à mudança e tem um papel significativo na modelagem das atitudes dos membros da cultura para com os outros (…).” (EDGAR e SEDGWICK, 2003, p.107)

² Ver MOURA, Maria Cecília de. **O surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000. SACKS, Oliver. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

sacramentos, assim eles eram vinculados a imagens demoníacas. Motivos desta natureza faziam os surdos permanecerem excluídos da sociedade.

No final desse período se apresenta novas perspectivas para os surdos, devido ao início da disseminação da idéias de possibilidade de ensino para surdos, pois os estudos de Rodolfo Agrícola já expressavam a diferença entre ser surdo e ser mudo. Como podemos observar em Moura (2000):

A primeira referência a distinção entre surdez e mutismo, no livro “De Inventione Dialectica” de Rodolfo Agícola, de 1528, em que ele afirma haver conhecido um surdo congênito que havia aprendido a compreender tudo que era escrito pelos outros e que se expressava também por escrito, como se tivesse o dom da palavra. (MOURA, 2000, p)

Já na Idade Moderna viu-se, ainda que muito timidamente, uma possibilidade dos surdos desenvolverem a leitura e escrita, devido estudos do médico italiano Girolamo Cardano (1501-1576) que se inquietou em conhecer o mundo dos surdos devido um filho seu ser surdo. Cardano acreditava que os surdos deveriam estudar. Alguns estudos apontam que o mesmo preparou esboços de um formato de ensino, porém não aplicou. (MOURA, 2000)

As primeiras ações de educação formal para os surdos surgiram com o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584), que exerceu grande influência na educação das pessoas surdas, visto que os dados históricos certificam que foi Ponce de Leon o primeiro educador de surdos da história. O monge defendia que os surdos deveriam aprender a ler, escrever, contar e falar oralmente, já que a fala oral era única forma de comunicação conhecida. Seu trabalho serviu de embasamento para outros estudiosos e educadores de surdos do período.

Juan Pablo Bonet (1579-1629), era um soldado do serviço secreto do rei e também um estudioso da educação de surdos, em 1620 se apropria do alfabeto manual desenvolvido por Ponce de Leon, já falecido, e se apresenta como o autor do procedimento de instruir o surdo a falar, ler e contar. O alfabeto manual consistia em ser um recurso material para ensinar o surdo a ler. Quanto às atividades gramaticais estas eram ensinadas por meio da comunicação sinalizada³.

Durante a trajetória da educação de surdos na modernidade, no Século XVIII Jacob Pereire(1715-1780), era um professor adepto da língua de sinais, porém favorável ao

³ Em 1620 a língua de sinais não era considerada língua, mas os dados históricos nos remetem a compreensão de que a sinalização utilizada era estruturada ao ponto de funcionar linguisticamente como língua.

oralismo. Os sinais eram utilizados para ensinamentos e esclarecimentos a respeito do léxico, conversas e interações entre os alunos, porém até os alunos adquirirem a comunicação por meio da oralidade ou escrita. Pereire acreditava que através da fala o surdo estaria inserido na categoria de ser humano.

Os estudos de Amman (Suíço), Wallis (Britânico) e Braidwood (Escocês) seguidores da concepção oralista de Juan Pablo Bonet, tinham o ponto de vista que a língua de sinais não permitia o desenvolvimento da aprendizagem dos surdos, e que a fala os tornaria seres humanos dentro dos padrões da normalidade. Concepções desta natureza ainda se encontram enraizadas dentro da nossa sociedade na atualidade, resquícios de uma lógica de existência humana que classifica pessoas em capazes e incapazes é difundido pela sociedade majoritária ouvinte que precisa ser problematizado a fim de promover reflexões e quebra de conceitos.

Um educador defensor da língua de sinais foi o Abbé Michel de L'Épée (1712-1789), que em virtude de razões religiosas desenvolveu seu trabalho com grandes merecimentos, visto que reconheceu a existência da língua de sinais e fundou a primeira escola para surdos que obteve auxílio público em 1775, não privilegiando os abastados financeiramente, mas todos que necessitavam de atendimento educacional. As contribuições do Abbé de L'Épée foram muito significativas, pois colocou os surdos no grupo dos escolarizados. Ele capacitou vários professores surdos para o ensino de surdos, que puderam dar continuidade ao trabalho iniciado por ele.

Com uma perspectiva diferente, o médico cirurgião Jean-Marc Itard (1774 - 1838) tentou sem sucesso recuperar a audição de um menino selvagem de Aveyron. Itard realizou diversos experimentos médicos no Instituto Nacional de Surdos-Mudos a fim de devolver a audição dos surdos.

Segundo os estudos de Moura (2000), Itard realizou vários experimentos com surdos: usou sanguessugas para provocar sangramentos, descargas elétricas nos ouvidos, fraturas no crânio, cateteres no ouvido, entre outros métodos. Porém, nada colaborou para o fim da surdez, ocorreram muitos casos de morte dos surdos, e, partindo deste contexto de conhecimento medicalizado sobre a surdez, esta passou a ser avaliada como uma doença que precisa ser tratada. Este ponto de vista contribuiu para que, ainda hoje, o surdo seja visto por muitas pessoas da sociedade como doente e incapaz de gerir a própria vida.

A condição de vida dos surdos em nada mudou com a nomeação de Baron de Gérando (1772- 1842), para o cargo de diretor administrativo do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, em Paris, na França, pois seguiu o modelo oralista adotado por Itard, excluindo os sinais do processo educacional, porém a concepção oralista não pôde ser seguida, visto que a língua de

sinais francesa era a que melhor culminava como instrução de aprendizagem para os surdos. Ao se aproximar do final da vida o administrador Baron de Gérando, apontou a língua de sinais como a que melhor produz um aprendizado significativo para os surdos.

Nos Estados Unidos, a história dos surdos teve como precursor Thomas Gallaudet(1787-1851), que foi para a França em 1816, para conhecer o método de aprendizagem desenvolvido por Abbé de L' Epée e foi aceito como estagiário, e tendo como professor-instrutor Laurent Clerc, surdo que foi educado no Instituto desde criança e tornou-se um excelente e renomado professor daquele educandário.

Gallaudet aprendeu os sinais e posteriormente voltou para os Estados Unidos com Clerc para fundar a primeira Escola Pública para surdos naquele país. A implantação da escola aconteceu em 1817, os docentes contratados aprenderam a Língua de Sinais Francesa, e gradativamente foi sendo adaptada para a Língua de Sinais Americana. Também neste período como informa os estudos de Moura (2000), se foi construindo timidamente uma comunidade de surdos que através da língua de sinais, tornou-se um fator que contribuiu para a formação da cultura surda.

Gradativamente este modelo proposto por Thomas Gallaudet foi disseminado nos Estados Unidos e surdos de diversas regiões vinham até a Instituição para aprender a língua e levavam para as suas comunidades o aprendizado e fundavam novas escolas, diante disso muitos surdos tiveram acesso a Língua de Sinais Americana. Um marco histórico na Educação dos surdos nos Estados Unidos foi o a implantação da primeira faculdade para surdos graças à iniciativa do filho de Thomas Gallaudet, Edward Gallaudet. Os alunos que dispunham de um bom desempenho eram conduzidos a esta faculdade.

A história dos surdos começa a ter retrocessos para a negação de sua condição de excelência visual a partir da segunda metade do século XIX. Se temos na antiguidade e Idade Média registros duros da vida dos surdos, outro período negro na sua história, começou nos Estados Unidos, e veio ligado a Horace Mann e Samuel Howe que, contrários ao emprego da língua de sinais, utilizam a justificativa de que muitos surdos de outros países estavam sendo educados com a prática oralista e obtendo êxito, porém não apresentavam comprovações, haja vista que estas afirmações eram por falta de um conhecimento sobre a educação de surdos via língua de sinais, concepção que perdura fortemente na atualidade.

O método oralista, baseado no Oralismo ou modelo oralista configura a visão do surdo como sujeito incompleto, que para atingir a completude e perfeição precisa se comunicar oralmente e viver como se fosse ouvinte. Esta concepção foi construída por meio da visão clínico- terapêutica que entende ser necessário curar o surdo para que este desempenhe

linguísticamente a função da língua oral-auditiva e nega a condição do surdo como um sujeito visual. Essa linha oralista coíbe a utilização de sinais e ignora a diferença de constituição do surdo.

Por causa de sua adesão ao modelo oralista Samuel Howe ignorou os avanços educacionais dos surdos, conseguidos advindo da língua de sinais. Desta maneira obteve apoio para a implantação de uma escola oralista nos Estados Unidos. Howe utilizou argumentos preconceituosos incutidos na sociedade ouvinte para defender o oralismo. Nesse contexto, foi implantada a Clark Institution, em outubro de 1867, que vetava toda e qualquer comunicação manual. Fase em que se estabeleceu o oralismo nos Estados Unidos.

Em contraponto à concepção oralista, Edward Gallaudet (1837-1917), não aceitou passivamente este novo panorama e saiu em viagem para visitar instituições educacionais sinalizadas, oralizadas e combinadas (usam sinais e oralidade). Ao final de suas visitas chegou à conclusão de que as maiorias das escolas utilizavam o método combinado para uma educação de surdos, mas que é imprescindível que língua de sinais seja a língua de instrução que atenda aos surdos. Porém, o oralismo ganhou espaço nos Estados Unidos e maiores proporções no cenário educacional.

Ainda no século XIX, um grande defensor do oralismo foi Alexander Graham Bell, que acreditava ser a língua de sinais inferior à fala oral e prejudicial ao desenvolvimento do surdo, para ele a língua oral deveria ser a língua ensinada para os surdos, pois julgava como pura. Graham Bell criticava a união matrimonial entre pessoas surdas, pois, como adepto da teoria da eugenia, acreditava que a reprodução entre os surdos seria um risco para o resto da sociedade, por provocar a degeneração da espécie e alterar o modelo da sociedade oralista inexecutável.

Bell também recriminava a cultura surda e as escolas para pessoas com surdez, visto que a integração entre surdos em espaços que eles pudessem desenvolver-se e comunicar-se através da língua de sinais fortalecia a língua, e, conseqüentemente desvalorizava o oralismo, pois a organização dos surdos em ambientes específicos do grupo ele julgava ser um fator que acarretava isolamento dos surdos e afetava a hegemonia oralista.

Como enfatiza Moura (2000), em 1878, a Exposição Universal de Paris na França, evento no qual foi organizado um congresso sobre surdos que visava debater a respeito da sua educação, dando ênfase ao oralismo. No referido evento ficou decidido que a língua oral seria utilizada e a língua de sinais seria um suporte, porém, os sinais ficariam para aqueles que não pudessem desenvolver a oralidade. Dentro deste contexto de início da supervalorização da

língua oral, a língua de sinais ficou relegada para aqueles considerados incapazes e inferiores, um julgamento e idealização dos ouvintes em relação aos surdos.

Um marco na história dos surdos foi o congresso de Milão, ocorrido em 1880, com representantes da França, Rússia, Itália, Suécia, Grã-Bretanha, Bélgica, EUA e Canadá, o evento contou com apenas a participação de um único surdo, o grande interesse do evento era priorizar o oralismo e extinguir a língua de sinais, visto que acreditavam que a fala era superior para o desenvolvimento intelectual da criança surda.

No Congresso, ficou estabelecida a prioridade de utilização do método oral puro na educação dos surdos. Esta proposta ignorava as vantagens da língua de sinais, visto que a consideravam prejudicial para a fala. Durante congresso, o professor surdo foi destituído do direito a voz e voto. Desse modo, foi impedido de exprimir sua opinião contra o oralismo. Diante desta perspectiva de educação e de participação social, uma das implicações do congresso de Milão foi o surdo ficar segregado e relegado à exclusão. Assim, um encontro que abordava a educação de surdos priorizou apenas o processo de comunicação utilizado pelos ouvintes, ficando estabelecido que a minoria surda deveria se comunicar através da fala oral.

Após o Congresso de Milão a vida dos surdos passou por enormes dificuldades, porque o oralismo era a forma de comunicação vigente. Esta realidade colocou os surdos em uma condição de incapaz e doente, pois os que não conseguiam desenvolver o oralismo eram tidos como inválidos e não podiam trabalhar, visto que a língua de sinais lhes foi negada, impossibilitando-os de desenvolver-se social e educacionalmente.

O Oralismo, como modelo social e educacional para surdos, foi resultado de um período de desenvolvimento científico e conceitual que culminou com os avanços tecnológicos na aparelhagem auditiva, técnicas de reabilitação auditiva, treinamento de fala, tudo na tentativa de oralizar o surdo, impossibilitando a utilização de sinais e negando sua existência visual. Nesta visão oralista, o surdo tinha que desenvolver a fala e uma boa leitura labial.

A visão e o modelo oralista prevaleceram e perduram até hoje na sociedade e nas instituições educacionais mesmo não sendo um meio de comunicação natural para os surdos. Os resultados deste modelo jamais seriam positivos, pois os aspectos que envolvem a comunicação e educação dos surdos são de natureza visual, que se contrapõe ao modelo oral-auditivo que jamais o surdo vai desempenhar efetivamente. A concepção oralista é hegemônica na sociedade e no espaço educacional, portanto foi construído e disseminado o ponto de vista de que o surdo é deficiente, incapaz de aprender. Esse estigma criou no surdo

uma aversão ao modelo oral de educação, visto que, neste contexto, é impossível o surdo se desenvolver-se. Diante desta situação, observa-se que a dificuldade não está no surdo, mas na maneira pela qual é visto na sociedade e nas instituições escolares, essa visão persiste desde o século passado e produz efeitos negativos nos surdos.

No século XX, em sua segunda metade, a comunicação de surdos vivenciou uma nova proposta, que, de certo modo, apresentava toda a decadência do oralismo, mas, mais uma vez, negava aos surdos a língua de sinais, a Comunicação Total (CT), consistiu em uma filosofia para a comunicação com os surdos, que em seus princípios não definia a exclusão da língua de sinais, mas também não a defendia como língua da vida dos surdos.

De acordo com Moura (2000), a prioridade desta filosofia é que podia ser utilizado todo e qualquer método de conversação a fim de transmitir vocabulário, linguagem e opinião de ideias entre falante e crianças surdas. No tocante a Comunicação Total como abordagem educacional, ela foi dando lugar para outras técnicas de comunicação simultânea com a utilização da fala oral e da sinalização, chamada de bimodalismo. A CT, apesar de não ter se desenvolvido muito como filosofia, não foi extinta, pois as pessoas que não tem acesso a Libras utilizam as mais variadas formas de comunicação.

Moura(2000) aponta que a partir da década de 1980 do século passado, no contexto internacional, a Suécia foi o primeiro país a implantar o Bilinguismo em 1981, uma conquista significativa, porque dá ao surdo o direito de educar-se na sua própria língua.

A abordagem educacional bilíngue, é uma proposta que visa que o surdo seja educado em um espaço educacional em que a língua de sinais do país (L1) seja a língua de instrução e mediadora das aulas, e a língua escrita (L2) seja aprendida simultaneamente, desta forma habilita o surdo para o uso de duas línguas. Esta modalidade tem sido difundida ultimamente por viabilizar ao surdo desenvolvimento linguístico, educacional e cultural.

A proposta bilíngue garante ao surdo acesso a língua de sinais efetivamente como um direito linguístico e político de auto afirmar-se enquanto surdo. Portanto, usuário de uma língua que apresenta estrutura diferente da utilizada pelos ouvintes. Essa circunstância posiciona o surdo como diferente dos ouvintes, portanto exige uma metodologia de sala de aula que contemple o visual espacialmente.

A Suécia foi o país precursor na educação bilíngue, e os professores contratados tinham que ter conhecimento prévio a cerca da língua de sinais sueca e os professores surdos contratados não era suficiente para atender às necessidades do país. Os surdos suecos precisariam ser claros e naturais na comunicação de sinais e também na língua sueca escrita. Face ao prestígio adquirido pelo Bilinguismo na Suécia, em 1983, foi implantado um novo

currículo para ser empregado nas escolas de surdos. Outro país a implantar o sistema educacional bilíngue foi à Dinamarca, com um sistema de ensino similar ao da Suécia.

Na América do Sul, o Uruguai, em 1985, introduziu em nível público a proposta educacional bilíngue, por acreditar se relevante a contribuição que a língua de sinais pode proporcionar à criança surda dentro do campo da linguagem. Houve uma formação para os profissionais envolvidos a fim de efetivar um trabalho de qualidade. Em 1987, teve a abertura de turmas de crianças que tiveram acesso a língua de sinais do Uruguai e a língua oral, porém vale salientar que o projeto não logrou êxito, visto que a educação oralista sempre foi um discurso politicamente correto dentro do Uruguai.

Os estudos linguísticos realizados na área de surdez tiveram início na década de 1960, nos Estados Unidos, por Willian Stokoe, criador e pesquisador do estudo linguístico das línguas de sinais dos surdos em que investigou os parâmetros formacionais da língua de sinais americana (ASL). E viabilizou que as línguas de sinais obtivessem status de língua na comunidade acadêmica e, conseqüentemente, na sociedade, trazendo novo ânimo para profissionais da área e inclusive para os próprios surdos que buscavam um novo panorama para o campo educacional e social no qual estavam inseridos; atribuiu-se status de língua a esta comunicação gesto - espacial. Apesar de esses estudos terem acontecido nos anos 1960, apenas a partir de 1980 são rompidas estruturas do oralismo de modo que se torne possível a inserção do bilíngüismo na agenda educacional para os surdos.

No Brasil, a concepção de educação para surdos começa a ganhar destaque nos anos 80 do século XX. A perspectiva teórica de compreensão do sujeito surdo como visual, partiu de estudos que comprovaram a eficiência da língua de sinais no desenvolvimento da criança surda. No tocante ao aspecto educacional, a proposta bilíngue tem como princípio que a criança pode ser educada e inserida na sociedade por meio de duas línguas: L1 -Libras e L2 - Língua escrita de seu país. Para esta perspectiva teórica, mais disseminada a partir dos anos de 1990, o surdo se desenvolve linguisticamente e cognitivamente oportunizado pelo acesso que a língua de sinais propicia ao desenvolvimento de habilidades e a autonomia para desempenhar as atividades. Essa concepção permite o progresso do surdo, pois respeita o sujeito dentro da sua diferença linguística e possibilita oportunidades educacionais de qualidade, pois o valoriza enquanto falante bilíngue.

2.2 BRASIL E SEMIÁRIDO PARAIBANO: UM PASSEIO PELO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

A primeira instituição destinada à educação de surdos no Brasil foi implantada no Rio de Janeiro, em 1857. Denominado, a princípio, de Imperial Instituto de Surdos - Mudos, obteve várias nomenclaturas. Porém 100 anos após sua data de fundação passou a chamar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e permanece com este nome até os dias atuais. Foi fundado por iniciativa de D. Pedro II, que solicitou ao ministro francês a vinda de um professor surdo. A partir deste requerimento veio ao Brasil o surdo francês E. Huet⁴, que iniciou as atividades com apenas dois surdos, pela falta de conhecimento e confiança das famílias em entregar seus filhos para um forasteiro.

O instituto tinha o propósito de que o surdo estivesse inserido no mercado de trabalho e na sociedade, portanto oferecia formação profissional através de cursos para que estes estivessem adaptados e inseridos no meio social e assim disponibilizarem de uma independência financeira para conduzir suas vidas com autonomia.

Atualmente, com base nos documentos legais acerca da Libras e dos estudos linguísticos sobre aquisição de L1 e L2, o trabalho do INES foi reformulado no intuito de atender às verdadeiras necessidades linguísticas e educacionais dos surdos, através do modelo educacional bilíngue, o que tem contribuído para o desenvolvimento das potencialidades dos surdos que nesse educandário estudam.

Na Paraíba, a história da educação dos surdos em escola específica remonta à década de 1980 com as primeiras iniciativas na cidade de Campina Grande. Como aponta Gianini (2012) em março 1983, foi fundada nesta mesma cidade a Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande “Demóstenes Cunha Lima”, para atender às carências educacionais dos surdos da cidade e circunvizinhanças, como também para prover as exigências de estágio dos alunos que faziam o curso de pedagogia, com habilitação em educação de surdos e precisavam de um campo de estágio.

No primeiro semestre de 1983, funcionou com muitas dificuldades, devido à falta de uma estrutura física própria. O trabalho teve início com 10 alunos surdos que foram divididos em duas turmas de acordo com a faixa etária. As alunas estagiárias atuavam como

⁴ Em alguns livros podemos encontrar o nome de Edward Huet, enquanto em outros, Ernest Huet, e para não cometer equívocos optamos por nomear apenas de E. Huet.

professoras. Com o passar dos anos o número de alunos cresceram significativamente, passando a escola também a funcionar no turno noturno com a modalidade de ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A perspectiva inicial oralista, apesar de ao longo do tempo não surtir resultados satisfatórios, como modelo hegemônico, só foi problematizada e substituída depois da segunda metade dos anos 1990.

Em 1995, a escola assumiu no projeto pedagógico da instituição o modelo bilíngue de educação para surdos e a metodologia de trabalho baseada no bilíngüismo, tendo rapidamente vivenciado a Comunicação Total, que devido às possibilidades de leituras e estudos sobre o bilíngüismo, como filosofia. A CT era frágil e foi substituída pelo bilíngüismo. A mudança de concepção de surdos e de sua educação e, conseqüentemente, a alteração na metodologia, possibilitou avanços na educação dos surdos. Na atualidade as famílias colaboram nas atividades promovidas pela escola por meio do Conselho Escolar. A escola atende aos alunos nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos, com as modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

Já a escola da cidade de Gado Bravo, localizada no cariri oriental na Paraíba, foi fundada em fevereiro 2001, depois de um levantamento que constatou que na cidade havia um grande número de surdos sem assistência educacional. A implantação da escola seguiu o modelo educacional bilíngue e possibilitou aos surdos uma inserção na sociedade, já que antes viviam invisibilizados. O educandário funciona no turno da tarde, recebendo um grande número de alunos residentes também da zona rural. (GIANINI, 2012)

A escola de surdos de Aroeiras foi instituída em julho de 2006. A priori foi realizado um trabalho de aprendizagem da Libras com os alunos visto que os mesmos não faziam uso da língua. O corpo docente da escola são licenciados em pedagogia e recebem formação na área de educação de surdos. A escola atende até o quinto ano do Ensino Fundamental, por isso, no município existe uma escola que recebe os alunos egressos da escola de surdos, mas que não podem se deslocar para Campina Grande para cursar o Ensino Fundamental II. A inclusão desses alunos é assistida pela Universidade Federal de Campina Grande. (GIANINI, 2012).

Com a implantação da Universidade Federal de Campina Grande na cidade de Sumé, o cariri mudou o estigma de região pobre e insustentável, para a expansão de suas potencialidades. Neste novo cenário foi implantada na cidade de Sumé, no ano de 2012, a Escola Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição,” um ambiente educacional que mudou as perspectivas dos surdos de Sumé e cidades vizinhas, visto que com a fundação da

escola, os surdos vivenciariam um processo educacional exclusivo de acordo com as suas especificidades. Estas vivências e interação neste espaço educacional bilíngue enriqueceram de conhecimentos, cultura, instaurando a afirmação política do direito de ser surdo e constituído diferente dos ouvintes.

No cariri, muitos surdos desconheciam sua língua nativa e com o ingresso na instituição os estudantes surdos puderam desenvolver e aprender a língua brasileira de sinais para efetivar uma comunicação com seus pares, seja na escola ou nas viagens de intercâmbio para outras cidades, que também disponibilizam de um espaço educacional para atender aos surdos.

A conjuntura educacional dos surdos ao longo da história perpassa por momentos de negligência, insucessos, lutas, conquistas e autoafirmação. Progressos foram alcançados, porém muitas ações devem ser empreendidas em busca de um acesso linguístico efetivado para todos os surdos, como também na defesa de um sistema educacional que contemple as especificidades linguísticas e cultural dos mesmos, respeitando o direito destes de serem diferentes. Como afirma Ramires e Masutti (2009, p.23) “a história poderia ser outra se tivesse havido abertura para o enfoque bilíngue e cultural e se estes alunos não tivessem sido isolados em ilhas de som em sala de aula. A educação de surdos deve priorizar a língua de sinais e a cultura dos sujeitos surdos em seu processo de aprendizagem”. É necessário que se repense, reflita e sistematize este atual modelo de educação vigente no Brasil, para atenuar as exclusões dentro da sociedade as quais prejudicam os surdos dentro da sua dignidade.

No tocante às conquistas dos surdos no âmbito nacional podemos destacar as conquistas na legislação advindas da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que oficializa a Libras como língua das comunidades surdas brasileiras; do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei da Libras e a formação de professor e tradutor/intérprete de Libras; a Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010, que regulamenta a profissão dos tradutores/interpretes de Libras.

O reconhecimento da Libras, como língua oficial das comunidades surdas do Brasil, estabelece o direito ao acesso e entendimento da informação de maneira visual para os surdos, a inclusão da Libras nos cursos de licenciatura, a partir destas conquistas estabeleceu-se um novo direcionamento educacional para os surdos brasileiros.

2.3 LEIS: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO E AS POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA OS SURDOS BRASILEIROS

No final da década de 1990 os surdos davam início à luta para a oficialização da Língua Brasileira de Sinais.

A lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

O Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

O poder público é responsável por capacitar os profissionais para atender aos cegos e surdos a fim de promover uma comunicação efetiva e garantir a acessibilidade e participação dos sujeitos que estão em condição de surdez ou cegueira perante a sociedade. Porém ainda é insuficiente o número destes profissionais para atender ao público de surdos e cegos.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previstos em regulamento.

A Lei da Acessibilidade, no capítulo VII, evidencia o direito à acessibilidade de comunicação para cegos, surdos e impossibilitados de estabelecerem um processo de entendimento; a legitimidade da lei possibilita o acesso à comunicação a estes grupos, pois desta maneira o desejo destes grupos estão sendo protegidos enquanto cidadãos de direito. O poder público deve assegurar a acessibilidade comunicativa, pois a sociedade é heterogenia e constituída por diferentes sujeitos que necessitam estabelecer um processo de comunicação.

Como vimos anteriormente, a lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, dispõe sobre a Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Portanto, a lei 10.436 reconhece a licitude da Língua Brasileira de Sinais-Libras e com isso seu uso pelas comunidades surdas e ganha respaldo do poder e dos serviços públicos. A Lei foi criada devido a lutas pela conquista de direitos dos surdos em espaços de cidadania a exemplo de: escola, associações, sociedade e outros que os levem a adquirir autonomia. A construção legal de direitos dos surdos é alcançada a partir de muitas lutas, em que impera muitos mecanismos de negação, porém é necessário expor e reivindicar estes direitos para que a condição do surdo seja respeitada e não seja negado a eles o direito de serem constituídos diferentemente dos ouvintes.

O Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei 10.436/02, também denominada Lei de Libras, tratando dos aspectos referentes à inclusão de Libras nos cursos superiores, à formação de professores para o ensino de Libras, à formação de tradutores e intérpretes de Libras, à atuação do Serviço Único de Saúde –SUS, à capacitação de servidores públicos para o uso da Libras ou sua interpretação e à verba orçamentária para assegurar as ações previstas no Decreto 5.626/05.

O referido documento dispõe, também, sobre o uso e a propagação da Libras e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação, como deve ser a formação do professor e do instrutor de Libras, para que os mesmos possam atuar em cursos e eventos; e destaca que as instituições educacionais devem assegurar às pessoas surdas acesso a comunicação, à informação, nos processos seletivos e na educação desde a educação infantil até a superior, dando-lhes condições de atuar na sociedade.

3 O PROCESSO DE APROPRIAÇÃO LINGUÍSTICA E DESEMPENHO EDUCACIONAL DO SURDO

A ausência da audição determina que o processo de apropriação linguística do surdo seja de forma diferenciada dos ouvintes, portanto essa diferença não é determinante no desenvolvimento linguístico e cognitivo do surdo. Visto que os surdos são sujeitos visuais e por meio da língua de sinais se desenvolvem linguisticamente e educacionalmente. Percebe-se que o processo comunicativo via língua de sinais permite que o surdo alargue os conhecimentos e construa um entendimento de mundo, e eleve capacidade de lidar com diferentes situações na qual ele possa está envolvido. Sendo assim a apreensão linguística do surdo depende em sua grande maioria do ambiente em que o mesmo está inserido, é necessário um ambiente em que a língua de sinais seja referência para comunicação entre seus pares.

Os saberes implementados nas escolas regulares, mostram o desconhecimento a respeito da educação dos surdos por isso a necessidade de um espaço educacional bilíngue, pois este respeita a surdez e a língua de sinais. Este que é o ponto de partida para a afirmação do surdo como sujeito linguisticamente diferente dos ouvintes.

3.1 DESENVOLVIMENTO LINGUÍSTICO DA PESSOA SURDA

O desempenho linguístico e a aprendizagem são de fundamental relevância para a constituição cognitiva dos sujeitos. Através da linguagem e do pensamento o individuo se constitui como humano, e pela língua pode expressar sentimentos, comportamentos e ideias. Por ser constituída pela linguagem como um elemento social, a língua também se caracteriza por ser um conjunto de normas gramaticais, com significações.

O objetivo da língua é traduzir todos estes significados para poderem ser comunicados as outras pessoas. Não há, por isso, outra alternativa que não seja a de aprender o vocabulário da nossa língua um vocabulário que compartilhamos com todos os seus utilizadores. GLEITMAN, FRIDLUND, REISBERG,(1999, p. 467).

Por isso é essencial os surdos compartilhem a sua língua nativa, para assim poderem desempenhar uma comunicação legítima.

No tocante ao desenvolvimento comunicativo e linguístico da pessoa surda, este depende dos fatores ambientais nos quais o sujeito está inserido, visto que para a aquisição de uma língua é necessária a exposição a ela. Isto significa que para serem falantes da Libras os surdos brasileiros precisam que haja o uso efetivo dessa língua em seu entorno.

A reação dos pais diante de um filho surdo depende da sua visão sobre a surdez e a língua de sinais, pois os filhos surdos são criados de modos diferentes por pais surdos e pais ouvintes. Os filhos surdos de pais surdos, que fazem uso da língua de sinais desde a mais tenra idade, têm um maior desenvolvimento linguístico, porque dispõem de um ambiente de comunicação que propicia uma ampliação das suas potencialidades na área da linguagem. Enquanto que os pais ouvintes, com filhos surdos, podem reagir de forma super-protetora e até mesmo negar a surdez, tratando-o como ouvinte, utilizando a linguagem oral, essa realidade de negação linguística resultará em perdas no desenvolvimento da criança surda.

Segundo afirma Quadros (2006) as crianças com acesso a língua de sinais desde muito cedo, desfrutam da possibilidade de adentrar o mundo da linguagem com todas as suas nuances, visto que as crianças surdas que utilizam a língua de sinais apresentam um grande progresso no desenvolvimento da linguagem.

No tocante a aquisição de língua oral por surdos, esta ocorre de forma diferenciada dos ouvintes, porque o ingresso a uma língua oral não é natural, pois ele não a pode ouvir. Este fato acaba por caracterizar este contexto como não comunicativo. Os surdos veem e leem o mundo muito mais intensamente através da visão, a forma de comunicação natural para essa condição é a língua de sinais, meio pelo qual o pensamento do surdo é transformado em imagens pelo sinal e é que captado pelo sistema visual é transformando-se em informação linguística. SACKS, (2010); QUADROS, (1997)

A aquisição do conhecimento pelas pessoas surdas ocorre numa perspectiva visual – espacial. Assim, a compreensão do mundo ocorre por meio do que é dito, lido, pensado, comentado em língua de sinais, no caso dos surdos brasileiros, a Libras, ou seja, cotidianamente os surdos constroem seu conhecimento sobre a vida de uma forma diversa da dos ouvintes, pela visão.

O contexto familiar é um grande responsável pelo desenvolvimento da criança no âmbito escolar e social, haja vista que a comunicação empregada em casa deve está interligada com a comunicação da escola, pois desta forma o processo educacional, coincide com a comunicação estabelecida na família.

Na sala de aula, o diálogo utilizado deve possibilitar a interação entre professor/aluno, aluno/ alunos, levando em consideração que o professor deve promover acessibilidade das crianças ao conhecimento, de acordo com uma corrente teórica, que promova a aprendizagem.

Dentro do campo educativo, a inserção do surdo em escolas bilíngues provoca o aprendizado, pois os alunos estão em meio ou local com língua própria, com histórias de vidas semelhantes, com possibilidades de reconhecimento identitário e cultural.

Diante do exposto se faz necessário reconhecer e respeitar a cultura da comunidade surda, pois esta se perpetua por meio da língua de sinais. A aceitação dos surdos como sujeitos que existem de modo diferente dos ouvintes é o modo mais eficaz para o seu desempenho linguístico e cognitivo, além de possibilitar que estes usufruam de seus direitos e deveres como cidadãos. Através deste reconhecimento e valorização o surdo está apto a se relacionar com a sociedade participando com dignidade tanto da comunidade surda, como da ouvinte. O surdo que se desenvolve linguisticamente utilizando a Libras tem melhores possibilidades de desenvolvimento educacional, sobretudo dentro da abordagem bilíngue

3.2 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO ALUNO SURDO

Atualmente o MEC, fundamentado na Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), estabelece no capítulo V, Art.58 que a educação dos alunos com “necessidades educacionais especiais”, deve acontecer preferencialmente na rede regular de ensino, visto que desta maneira estariam estes sujeitos integrados no sistema educacional vigente do Brasil. Porém, esta inclusão não acontece na educação dos surdos, pois, no plano superficial da acessibilidade linguística, as escolas regulares, em sua grande maioria, não estão preparadas para receber estes alunos, os educadores não fazem uso e até mesmo desconhecem a língua de sinais, a presença de intérpretes na sala de aula é rudimentar e até mesmo inexistente, prevalecendo no contexto escolar a concepção oralista que, hegemônica, não permite ao aluno surdo desenvolver satisfatoriamente a leitura e escrita ao final do ensino médio.

Nas instituições regulares de ensino, os surdos vivenciam um processo de exclusão escolar, com a negação da língua de sinais, com discursos marcados por estereótipos de que são sujeitos incapazes e deficientes, que não estão inseridos no padrão normal, portanto não podem desenvolver uma aprendizagem. Para Arcoverde (2011, p.151)

A educação dos surdos segue, portanto, como um problema complexo cercado pelas incertezas metodológicas, pelo não compartilhamento de línguas entre professores e alunos e pela dificuldade na compreensão de uma abordagem educacional e linguística que tivesse em vista oferecer uma educação de qualidade que reconheça o surdo na sua diferença.

As metodologias aplicadas em sala de aula contemplam a maioria dos alunos que são ouvintes, ficando os surdos relegados a um processo de supressão metodológica, além dos professores que não conseguem manter uma comunicação, como também os alunos que preferencialmente estabelecem comunicação com seus pares, os ouvintes.

É perceptível que o modelo educacional vigente, contempla a sociedade majoritária ouvinte, em que a forma de comunicação esta pautada na imposição oralista, mesmo sendo a Libras a língua oficial dos surdos em sala de aula regular a língua dos surdos brasileiros é desprestigiada, ficando a identidade dos surdos em segundo plano ou excluída.

É necessário repensar as práticas educativas que estão sendo aplicadas aos surdos, dentro do modelo educacional inclusivo, tendo em vista que este atende apenas um grupo específico de pessoas e exclui os demais, e, assim, refletir acerca de que tipo de educação está se defendendo e oferecendo, pois:

O direito de igualdade é nesse contexto, tomado de forma linear e excludente, pois define o modelo a ser seguido, determinando o que deve ser igual. Na verdade as práticas e concepções dos professores parecem estar bem consentâneas ao direito de tornar a todos iguais. (DORZIAT, 2011, p.59)

As políticas públicas de educação inclusiva têm ignorando a diversidade de pessoas, suas condições e pluralidade cultural. E, no que tange aos surdos, é ignorado o seu direito linguístico, pois a presença de um intérprete em sala de aula não promove a inclusão nem mesmo favorece a aprendizagem. Que educação inclusiva é essa que enaltece apenas a superioridade ouvinte?

Este arquétipo educacional que está em vigência, não permite o desenvolvimento educacional e linguístico do surdo, pois o currículo educacional estabelecido reforça a hegemonia de um grupo, logo, os processos educativos das minorias não contemplam as suas especificidades. No que tange aos surdos é ignorado a sua cultura e os artefatos que a compõem, visto que os surdos são sujeitos visuais, como enfatiza Strobel (2008).

Que a cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p.24).

Por meio de sua cultura os surdos manifestam suas ideias, seus valores e conceitos transmitindo-os de geração para geração, via língua de sinais que é a representatividade maior da cultura e comunidade surda.

No contexto histórico da educação de surdos podemos visualizar o jogo de tentativas de desenvolver a fala para possibilitar a aprendizagem, desta forma foram utilizadas nos surdos os mais variados métodos de ensino da fala oral, mas todos negam o surdo como sujeito visual. Nossas leituras e, principalmente, as falas dos surdos nos dizem que a abordagem bilíngue é a que melhor possibilita o desenvolvimento linguístico e educacional dos surdos. Stumpf (2009) nos lembra que

a Educação Bilíngue é vista não apenas como uma necessidade para os alunos surdos, mas sim como um direito, tendo sempre como base o pressuposto de que as línguas de sinais são patrimônios da humanidade e que expressam as culturas das comunidades surdas. (STUMPF, 2009, p.427).

Negar aos surdos a Educação Bilíngue é também negar o direito a sua língua e cultura e não aceitar enquanto falante de Libras é ignorar a sua existência.

Aceitar o surdo como um sujeito linguisticamente e culturalmente diferente é pensar em um modelo educacional que contemple estas especificidades, capacite os sem discriminar nem subestimar, pois os surdos estão envolvidos em uma cultura que os permite vivenciar um processo de desenvolvimento social com seus pares e oportuniza uma relação respeitosa com os ouvintes.

3.3 COMUNIDADE SURDA EM SUMÉ

A implantação do campus universitário da UFCG/CDSA na cidade de Sumé, oportunizou aos caririzeiros um novo espaço para aquisição do conhecimento e desenvolvimento das habilidades acadêmicas. Com os cursos de licenciatura vieram também a obrigatoriedade na grade curricular da disciplina de Libras. Sendo assim, por iniciativa da professora responsável pela disciplina⁵, teve início o mapeamento para calcular o número de surdos existentes na cidade de Sumé, visto que estes estavam invisibilizados dentro da sociedade.

⁵ A professora Shirley Barbosa das Neves Porto foi a primeira professora de Libras do CDSA, aprovada em 2010 no concurso para a disciplina.

Constatou-se que na cidade havia um número considerável de surdos e que estes viviam isolados no ambiente familiar e que não estavam organizados em comunidade nem mesmo estabeleciam uma relação de amizade com seus pares.

As pessoas surdas da cidade tinham modos de comunicação diferenciados. A língua oficial da comunidade surda brasileira, a Libras, não era utilizada por ser desconhecida na região, o que pode evidenciar as precárias condições para o desenvolvimento dos surdos e nos ajudar a perceber dificuldades de toda ordem por eles não utilizarem-se de sua língua. (PORTO, et. al. 2012, p.143).

Sendo assim através da Lei Municipal 1052, de 30 de março de 2012(ANEXO A), foi criada a UMEIEF Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, em Sumé, com objetivo de atender alunos surdos de Sumé e cidades circunvizinhas. A partir dessa ação, a Secretaria de Educação do Município, responsável pela escola bilíngue e a Universidade Federal de Campina Grande assumiram um acordo de consolidar uma parceria para a efetivação de uma Escola Bilíngue no município. (ANEXO B)

Através da implantação da escola os surdos saíram do anonimato em que se encontravam e foram em busca do protagonismo surdo na cidade de Sumé, visto que a Escola foi concebida para ser um pólo referencial em Língua de Sinais e um local de interação entre os surdos, pois como nos fala Strobel (2008).

Devemos lembrar que muitos sujeitos surdos moram em cidades do interior onde não tem associação de surdos, federações e outros, mas que participam em movimentos político e cultural usam a língua de sinais e compartilham entre si das mesmas crenças. (STROBEL, 2008, p.32).

O compartilhamento das mesmas especificidades linguísticas fizeram os surdos sumeenses organizarem-se em comunidade para lutarem politicamente por seus direitos.

A construção coletiva da comunidade surda partiu dos surdos e alunos da escola bilíngue, em seguida os familiares e simpatizantes da cultura surda foram agregando-se a comunidade e formando suas identidades através da visão de surdez como diferença linguística, diferentemente do conceito de deficiência que tem base na sociedade ouvinte.

Os surdos de Sumé atualmente vivenciam um novo paradigma linguístico e cultural, que vai se construindo de acordo com a vivência efetiva da língua e cultura, porém os ambientes públicos e privados precisam estar preparados para receberem e atenderem aos surdos da cidade, visto que estes estão vivendo novas perspectivas e conjunturas enquanto comunidade surda politicamente organizada.

No início do ano de 2014, a Escola Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, foi fechada pela Secretaria de Educação do Município de Sumé, com argumentos

de que a instituição possuía um pequeno número de alunos e despesas altas. Podemos perceber a falta de compromisso com a educação dos surdos, pois mesmo contrariando a vontade dos estudantes da escola, houve imposição para o fechamento do educandário, tendo em vista que o sistema educacional brasileiro exerce um controle hegemônico sobre a educação. Diante desta realidade os surdos foram instalados em uma sala de aula da Escola Zélia Braz. Ainda vivenciamos um momento na educação dos surdos de a relação de poder, coloca alguns surdos em espaços de sobrevivência, em que é ignorado e fechado o lugar de excelência linguística para os surdos.

A referência linguística e educacional dos surdos foi invalidada no município, porém os surdos não ficaram na invisibilidade, e esperam um comprometimento por parte da Prefeitura Municipal e Secretária de Educação, para eu este espaço seja reaberto e assumido como referência para desenvolvimento da língua de sinais e educação dos surdos em Sumé e no cariri.

4 APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA

A proposta metodológica para dar subsídio à pesquisa segue a abordagem qualitativa, visto que esta modalidade permite descrever, explorar e compreender o universo contextual das ações educacionais que envolvem a educação de surdos. De acordo com Bogdan e Biklen(1994, p.48), “ os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o contexto. Entendem que as acções podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência”. Sendo assim, o pesquisador deve assumir uma postura investigativa com atenção aos detalhes de forma minuciosa, pois são úteis para condução da investigação, como também para a descrição e resultado final do processo investigativo.

E para melhor alcançar os objetivos da pesquisa, foi utilizado instrumental de coleta de dados em forma de entrevista e caderno de campo. A entrevista é uma ferramenta que possibilita um contato direto com o sujeito e permite ao entrevistador uma flexibilidade para elucidar dúvidas que surgirem durante o processo de entrevista. Pois como aborda Bogdan e Biklen(1994, p.134) “[...] a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo.” Sendo assim, em uma entrevista o pesquisador deve estar atento a fatos e registros que podem ser relevantes na investigação e resolução de um problema educacional e social.

No que tange a caderno de campo é essencial para o registro de informações a cerca dos sujeitos e cenário a ser investigado, pois os sujeitos encontram-se a vontade em seu ambiente natural. Diante deste panorama o investigador deve ser prudente para não ser inconveniente nas observações e constranger os sujeitos pesquisados. No que se refere à observação não participante, Richardson (1999, p.260), assegura:“Nesse tipo de observação o investigador não toma parte dos conhecimentos do objeto de estudo como se fosse um membro do grupo observado, mas apenas atua como espectador atento”.E para melhor entender o cenário educacional pesquisado é necessário uma revisão da literatura de autores especializados na área.

4.1 O CENÁRIO EMPÍRICO DA PESQUISA

O espaço de realização da pesquisa foi Unidade Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental para surdos Nossa Senhora da Conceição. Localizado na Rua Fausto Mendonça,

nº 214. Bairro Mandacaru- Sumé/PB. A instituição educacional para surdos pertence à rede municipal de ensino e foi fundada em 30 de março de 2012, de acordo com a Lei Municipal nº 1.052, de 30 de março de 2012. A iniciativa de sua fundação partiu do poder Executivo,(ANEXO C) que encaminhou à Câmara de Vereadores o projeto de lei, com o intuito de atender alunos surdos de todo o cariri, tornando a escola polo linguístico e educacional para surdos, no cariri paraibano.

Quanto às modalidades e níveis de ensino, a escola funciona com um total de 12 alunos, do Ensino fundamental, que consiste em uma turma multisseriada, que funciona no turno matutino, com todos os alunos surdos.

No tocante ao quadro docente da instituição, a escola dispõe de um instrutor de Libras surdo, que ensina a Libras como primeira língua e uma professora ouvinte, que leciona a língua portuguesa escrita como segunda língua, além dos outros componentes curriculares comuns às escolas. A Libras é a língua de instrução de todas as demais disciplinas, pretendendo-se que seja a língua mais forte dentro da escola.

No começo da pesquisa em 2013, a escola apresenta uma estrutura física com duas salas de aulas, uma cozinha comum, dois banheiros sendo um masculino e um feminino que é utilizado tanto por educandos quanto por professores. A escola funciona em um espaço físico que não contempla as necessidades estruturais de um educandário, porém é um espaço de afirmação política do grupo surdo, em que a língua de sinais brasileira é um direito linguístico e educacional. Foi escolhido como local de pesquisa por se tratar de um espaço educacional que atende exclusivamente a alunos surdos, dentro da proposta de Educação Bilíngue. Dentro desta perspectiva decidi averiguar como ocorre o desenvolvimento linguístico e educacional dos alunos que compõem esta instituição.

O estudo foi constituído de entrevistas com os 11 alunos de faixa etária que varia de 09 a 45 anos de idade; em turma multisseriada da Escola Bilíngue para Surdos em Sumé.

Os sujeitos da pesquisa foram escolhidos, por serem surdos e estarem inseridos em uma instituição educacional bilíngue, que atende especificamente a alunos surdos. Verificamos que um número considerável destes alunos já estudaram e até mesmo estudam em escola regular e tinham aspectos relevantes na formação educacional para serem comparados entre a vivência na escola bilíngue e escola regular.

Para não expor os sujeitos da pesquisa, optamos por identificá-los com nomes fictícios, que correspondem à letra inicial do nome de origem.

Tabela 1 - Perfil dos alunos que estudam na escola bilíngue

NOME	SEXO	IDADE	SÉRIE	RESIDÊNCIA	PROFISSÃO
IRAM	M	27	EM CONCLUÍDO	ZR	AGRICULTOR
DIANA	F	30	EF-4º ANO	ZU	DOMÉSTICA
MILA	F	19	EM -2º ANO	ZU	ESTUDANTE
JULIANA	F	15	EF- 5º ANO	ZU	ESTUDANTE
BENTO	M	40	EF-1º ANO	ZU	AJUD. DE PEDREIRO
LIA	F	16	EF-6ºANO	ZU	ESTUDANTE
RENATO	M	45	EF-4º ANO	ZU	AGRICULTOR
JOÃO MARCELO	M	38	EF-1º ANO	ZU	ATENDENTE
JEAM	M	36	EM- 1º ANO	ZU	EMPACOTADOR
VICENTE MESIAS	M	10	EF-2º ANO	ZU	ESTUDANTE
ELIAS	M	09	EF-2º ANO	ZU	ESTUDANTE

Fonte: Dados da pesquisa

Os alunos da escola responderam a uma entrevista semi-estruturada, as perguntas feitas e respondidas em Língua Brasileira de Sinais, filmada e logo após foram transcritas para a língua portuguesa escrita. E como também foi observado em campo a realidade e vivência destes educandos, em seguida registrou-se as informações no caderno de campo, procedendo dessa forma, permanecemos na sala de aula, observando, sem fazer interferência e não emitia opiniões a cerca da condução das aulas e anotava no caderno os detalhes relevantes para a pesquisa, que possibilitou analisar as informações e sistematizá-las.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Os surdos desejam estar em um espaço educacional bilíngue para se desenvolverem linguística, educacional e culturalmente enquanto comunidade surda organizada. Os Surdos como grupo linguístico organizado, lutam por um sistema educacional que respeite as suas particularidades. Em Sumé, cidade do cariri paraibano, podemos encontrar um pequeno número de surdos organizados, graças à implantação da Escola Bilíngue, que mudou consideravelmente a vida destes sujeitos.

A Escola Bilíngue localiza-se na sede do município que por ser de pequeno porte, tem características de uma cidade rural. Não há outras escolas bilíngues para surdos nessa região do cariri ocidental, o que a caracteriza como escola polo, do campo, para surdos, favorecendo para a interação e o desenvolvimento e a evolução da língua entre os estudantes. Para Porto *et al* (2011, p.151): “O momento atual em Sumé é de construção de uma comunidade surda que tem como apoio uma escola pública bilíngue. E este espaço educacional se constitui no momento, como o grande lócus para o desenvolvimento dos surdos”.

Esta pequena comunidade surda, recém organizada, é composta por alunos da Escola Bilíngue. O pequeno contingente de alunos surdos estudando na Escola, oriundos do campo, é incipiente frente ao número de surdos residentes na zona rural e região composta pelos municípios do cariri ocidental. As razões para explicar este fato justificam-se nas condições econômicas que impedem os surdos de se deslocarem para a cidade, a falta de informações no que diz respeito ao funcionamento na cidade de uma escola para surdos, e, como também, as famílias ficam apreensivas e super protegem os surdos não permitindo que estes frequentem a escola por receio de que alguma coisa aconteça e eles não tenham como se defender, negando a língua e também o desenvolvimento da autonomia.

Porém, a divulgação sobre a implantação da escola no município traz perspectivas para o ingresso de alunos da zona rural, visto que os conteúdos trabalhados em sala de aula são contextualizados com a cultura surda e com a educação do campo.

Há de se ressaltar que profissionalmente alguns alunos surdos da Escola Bilíngue se auto-identificam como surdos agricultores, pois vem de um contexto de cidade campo, portanto o modelo de educação implantado deve ser condizente com a realidade destes sujeitos.

A diversidade dos sujeitos e das práticas impõem mudanças no jeito de pensar e organizar a escola, a viver práticas sociais livres de discriminação, a descolonizar o currículo, a destruição da subalternidade, se efetivando como um discurso e uma prática contra-hegemônica ao projeto de sociedade capitalista e de escola homogeneizadora e colonizadora(SILVA E SILVA, 2013, p.09)

A sociedade é plural e dentro desta multiplicidade encontramos diferentes pessoas que vivem de diferentes formas, porém não concebemos a diferença como algo produtivo, o diferente nos incomoda e tratamos como inferior o que sai do padrão da normalidade. As famílias de acordo com a história e na contemporaneidade encontram-se definidas dentro de um modelo padrão e o surgimento de um surdo na família torna-se um castigo ou um problema que precisa ser corrigido, como mostram as falas de:

A família não tem interesse em aprender Libras é complicado para mim. (Diana, linhas 44-45)

Na minha família ninguém se comunica em Libras, nem o meu pai, nem minha mãe. A minha mãe só escreve, não sabe nada de Libras. (Mila, linhas 76-77)

Na minha família ninguém se comunica em Libras. Só converso com meus amigos da escola. (Vicente Messias, linhas 251-252)

Como vemos nos depoimentos acima, mesmo no seio familiar, os surdos estão excluídos da interação e vivem em isolamento, já que a maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes que tem como desejo a cura do filho e não demonstram interesse em aprender a Libras, em muitos casos a língua é evitada.

A língua de sinais só é adquirida pelos surdos quando estes interagem com seus pares, nestes encontros os surdos se encontram linguisticamente:

[...] aquilo no momento de meu encontro com os outros surdos era o igual que eu queria, tinha a comunicação que eu queria. Aquilo que identificava eles identificava a mim também e fazia ser eu mesma, igual. PERLIN, (1998, p. 54).

A comunicação no ambiente doméstico de ouvintes priva o surdo de exercer o direito a sua língua nativa, limitando o surdo das conversas familiares, de participar das escolhas e ampliar o conhecimento de mundo.

Em locais em que a Libras não é conhecida, a comunicação efetiva- se por gestos e mímicas criados no cotidiano familiar como afirma Bento:

Na minha família ninguém tem interesse de aprender Libras. Só se comunica por gestos. (128-129)

Essa forma rudimentar de comunicação descaracteriza o surdo como um sujeito possuidor de uma língua e cultura de direito, forçando-o e oprimindo-o a vivenciar esta situação. E o desinteresse familiar em aprender a língua de sinais deixa o surdo desmotivado e desvalorizado dentro do contexto familiar. Como enfatiza Coll (2004, p.176):

A atitude dos pais diante da surdez de seu filho terá uma influência considerável. As reações podem ser muito diversas. Há pais que tentam negar sua existência e, conseqüentemente tratam seu filho como se fosse ouvinte. Outros, ao contrário desenvolvem atitudes de superproteção.

Como ilustra fala da jovem Mila que estuda na Escola Bilíngue, ela manifesta espontaneamente esta situação vivenciada no âmbito familiar.

Minha mãe me prende muito em casa, porque fica preocupada de eu andar na rua sendo surda. (linhas 71-72)

Nas observações que fizemos no cotidiano da instituição Bilíngue para surdos a jovem não vem pra a escola junto com os colegas surdos no transporte público da prefeitura, mas sim no carro particular da família. Esse modo de envolver o surdo em uma proteção excessiva inviabiliza-o de desenvolver sua autonomia ante a sociedade e potencializa para que permaneça a submissão ao controle e escolha dos ouvintes.

A situação do surdo é diferente quando este nasce em família de surdo ou vive em comunidade surda, visto que a comunicação se estabelece através da língua de sinais.

O nascimento de uma criança surda é um acontecimento alegre na existência para a maioria das famílias surdas, pois é uma ocorrência naturalmente benquista pelo povo surdo que não vêem esta criança um “problema social” como ocorre com as maiorias das famílias de ouvintes. (STROBEL, 2008, p.)

O surdo que tem a comunicação no meio familiar através da língua de sinais desenvolve a autonomia, participa das escolhas e decisões, é compreendido na vivência e não vive a imposição de uma língua oral. O processo comunicativo e linguístico se ampliam naturalmente, sem estresses e preconceitos.

A Língua Brasileira de Sinais oficialmente adquiriu reconhecimento linguístico desde 2002, como língua natural dos Surdos brasileiros, porém para muitos é desconhecida ou inacessível. Nas pequenas cidades do interior do Brasil, o processo de comunicação ainda é por mímicas e gestos caseiros. Situações desta natureza deixam marcas negativas profundas

na vida dos surdos, como ilustram os alunos da Escola Bilíngue ao exporem como era a comunicação antes de frequentarem a instituição.

A comunicação antes da escola bilíngue era difícil, e fiquei sabendo da escola e vim estudar aqui, e é muito importante e bom.

Antes da Escola Bilíngue eu não sabia de nada não tinha aviso de nada, a comunicação com os surdos que não tem libras é difícil, pois só um saber Libras fica complicado. Quando os surdos sabem libras fica bom aqui em Sumé quando não tinha a escola era difícil para os surdos. (Diana, linhas 45-52)

Antes da escola bilíngue eu não sabia Libras, a interação era difícil, eu sabia poucas palavras, agora sei mais um pouco.

A comunicação era muito difícil, por que antes só se comunicava por escrita, era muito difícil porque eu não entendia e não conhecia as palavras. (Mila, linhas 79-84)

No passado era muito difícil, só gestos; e apontava para as coisas, só eu na minha família não sabia de nada. (Bento, linhas 130-131)

Atualmente os discursos produzidos a cerca dos surdos provém do contexto histórico, em que se centra o problema nos surdos pelo fato de serem diferentes. As relações estabelecidas no ambiente familiar e escolar não favorecem a aprendizagem ficando o surdo impossibilitado de aprender e desempenhar uma comunicação. A indiferença imposta aos surdos tanto pela família como pelo sistema educacional, faz o surdo criar gestos e mímicas para tentar manter uma comunicação, como podemos ver nestas falas:

No passado a comunicação era só gesto e era horrível. Eu vim visitar a escola, mas só sabia de gestos, agora combinou, deu certo. (Lia, linhas 153-154)

A comunicação antes da Escola Bilíngue era por gestos e era muito difícil por que antes da escola não tinha Libras.

A comunicação sem a Libras era muito difícil, a Libras no passado fez muita falta. (Renato, linhas 179-182)

No passado a comunicação era muito complicada e muito difícil, por que era por gestos e nem sempre eu era entendido. (João Marcelo, linhas, 204-205)

Como podemos observar os surdos que residem em lares de ouvintes e não desenvolvem a língua de sinais vive em um isolamento familiar e social, a comunicação por

gestos não permite que o surdo mantenha um entendimento comunicativo. Sendo assim afirma Porto *et al* (2011):

A criança surda, filha de pais ouvintes que desconhecem a Libras sofre em seu desenvolvimento, porque seu entorno familiar não tem conhecimento algum sobre as possibilidades fundamentais dessa língua para o seu desenvolvimento. Isso ocorre porque seus pais não podem oferecer um ótimo ambiente de aquisição linguística, devido a falta de conhecimento da Libras, pois ainda estamos em um momento histórico no qual é presente na sociedade a cristalização de que há apenas um único modelo humano, o ouvinte, conseqüentemente, uma única língua que possibilita o desenvolvimento e a comunicação, a língua oral. (PORTO, *et al*, 2011, p.139).

A realidade dos surdos que não tem acesso à língua de sinais é um tormento para eles, já que ficam impedidos de se comunicarem, não são compreendidos, as decisões e escolhas são feitas pelos ouvintes, desse modo sentem-se desmotivados, inferiores e chegam até mesmo a sentirem-se culpados pelo fato de não ouvir, estigmatizados como incapazes de aprender, conviver socialmente.

As famílias dos surdos não conseguem vislumbrar a dimensão do sofrimento causado ao surdo quando ignoram suas necessidades linguísticas, seus anseios, apreensões, pois estes como sujeitos visuais tem necessidade de estarem inseridos em ambientes que utilizem a língua de sinais para exercerem a comunicação e sentirem-se valorizados, cidadãos que fazem parte de uma sociedade.

Os surdos querem aprender na língua de sinais, ou seja, a língua de sinais é a privilegiada como língua de instrução. O significado disso vai além da questão linguística. Situa-se, sim, no campo político. Os surdos estão se firmando como grupo social com base nas relações de diferença. Como diferentes daqueles que se consideram iguais, ou seja, os ouvintes. (QUADROS, 2005, p.31).

Os surdos são sujeitos constituídos fisiologicamente diferentes dos ouvintes, portanto são indivíduos de natureza visual, que se estabelecem socialmente dentro da diferença, porém a sociedade majoritária ouvinte, ainda desinformada, rejeita esta concepção e consideram os surdos como deficientes e ignoram a diversidade cultural existente na sociedade com o discurso de que “somos todos iguais”. Discurso arraigado de preconceitos e discriminação que tenta impor um modelo único de sociedade perfeita.

No que tange às mudanças de comportamentos em relação aos surdos, essas devem partir do seio familiar, pois a perpetuação da tradição oralista é intensa e precisa ser problematizada. A aceitação do surdo na família ocorre quando os seus membros

disponibilizam-se para aprender a Língua de sinais para estabelecer uma comunicação com o mesmo, como podemos ver na fala:

A minha esposa está aprendendo Libras para se comunicar comigo, e também ensina para o meu filho. (Renato,linhas 177-178)

A fala de Renato nos mostra que a Libras, principal representatividade do surdo, é uma língua viva, que atende às especificidades linguísticas dos surdos e reconhece as diferenças, promove o respeito ao surdo, pois não apaga, nem mesmo ignora a diferença, esta é aceita e não tolerada.

No que se refere a experiências educacionais dos alunos na rede regular de ensino, o relato das vivências dos educandos confirmam que o modelo inclusivo de educação proposto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9395/96, está equivocada com a educação oferecida aos surdos. A priori esta dita inclusão só está escrita no papel, mas na realidade a situação do surdo na escola regular é de pura exclusão e isolamento. Este padrão de ensino igual para todos desrespeita as necessidades particulares dos alunos surdos. Como podemos observar nas falas dos alunos:

Já estudei na escola regular, eu era sozinho, o resto era ouvinte e eu não escutava, eu surdo, então a professora me colocava para escrever e eu ficava treinando um pouquinho, mas não dava para aprender. A professora escrevia muito. (Iram, linhas 24-27)

Eu já estudei em escolas de ouvintes, mas é difícil, por que a sala era toda de ouvintes, falando e eu, surda lá no meio só escrevendo sem entender nada. Eu não aprendi, tinha português, ciências, história, geografia, tinha muitas coisas, mas pra mim tudo era difícil, e eu não sabia de nada. (Mila, linhas 86-89)

A escola regular é específica para os ouvintes, que se comunicam e aprendem via audio-oral, quanto aos surdos se comunicam e apreendem através da língua de sinais uma língua viso-espacial, portanto é necessário resignificar o currículo escolar de acordo com as singularidades,

Ao optar por privilegiar uma única forma de trabalhar o currículo, sem considerar as peculiaridades dos estudantes envolvidos, no caso particular, os surdos, o professor

continua produzindo o ensino alienante que não valoriza a cultura do surdo nem viabiliza um espaço social para ele. (LIMA, 2011, p. 170).

Haja vista que o campo de aprendizagem não é igual para todos, os surdos são sujeitados a estarem inseridos em um sistema educacional unilateral que não reconhece a língua de sinais como viabilizadora da aprendizagem. Como podemos ver nas situações relatadas pelos alunos no que se refere às vivências em sala de aula de escola regular.

Eu estudo também em escola regular é ruim, é horrível. Não aprendo nada, nada. Eu até fico junto de uma amiga, mas o professor quer afastar e eu tenho que ter paciência. (Lia, linhas 158-160)

Já estudei na escola regular, mas é muito difícil, por que o ouvinte fala, fala, fala e você não escuta, não tem como aprender. (Renato, linhas 184-186)

Eu já estudei na escola de ouvinte era muito ruim e eu não entendia nada. A professora só me mandava escrever, escrever e não entendia nada. Ficavam só batendo no meu ombro e não aprendia nada, não gosto da escola regular, por eu não sei nada de lá. Em João Pessoa eu estudei também, mas não gostei do ensino de lá. Eu não quero mais estudar em escola de ouvinte. (Jean, linhas 233-237)

Como podemos perceber a educação oferecida aos surdos do Brasil precisa ser repensada, pois este modelo vigente colabora com a exclusão do surdo da sala de aula, já que as instituições de ensino regulares priorizam uma grade curricular uniformizada e os professores em grande número não são usuários da Língua Brasileira de Sinais, inviabilizando que o aluno estabeleça um processo comunicativo com o professor que pela falta de conhecimento de metodologias específicas para os surdos acaba excluindo os alunos da participação efetiva nas aulas.

É precário a presença de intérpretes nas salas de aula de escola regular, para não dizer da ausência desse profissional em Sumé e os professores despreparados colocam os alunos para fazerem cópias, pois esta é uma forma de o aluno estar ocupado com alguma coisa. Para o aluno surdo ir para a escola e ficar todo tempo só escrevendo é angustiante vivenciar esta situação, pois o intuito dele é aprender, porém as metodologias aplicadas não condizem com especificidade do surdo. As exclusões sofridas pelos surdos no contexto de sala de aula causam raiva e ressentimentos e provoca a evasão do surdo do espaço escolar. É chocante e real a afirmação de um aluno da Escola Bilíngue:

Eu já estudei em escola regular, lá não aprendi quase nada, muito pouco, eu só vou para a escola de ouvinte para a minha mãe receber o dinheiro mesmo, aprender lá é muito difícil. (Vicente Messias, linhas 260-262)

O que chama atenção nesta fala é o ranço de opressão sofrido por esta criança de 10 anos de idade que em virtude de uma necessidade financeira familiar ver-se obrigado ir para a escola de ouvintes para que sua mãe pudesse receber o Bolsa Escola (programa do governo federal para transferência de renda para alunos carentes da rede pública de ensino). É triste e impactante perceber que em pleno século XXI, situações desta natureza ocorram na vida dos surdos, pois são acontecimentos que deixam marcas negativas de ojeriza e indignação, por não conseguir se apropriar dos conhecimentos básicos necessários para o desenvolvimento linguístico e educacional.

Este modelo educacional que está em vigência prevê a inclusão/integração do aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino, porém os surdos não têm necessidades especiais, os surdos têm necessidade e direito a uma metodologia educacional que contemple o desenvolvimento da aprendizagem através de sua língua nativa, ou seja, a língua de sinais. Conforme Rosa (2012, p.161): “na escola para surdos, que reconhece e incorpora a língua de sinais no seu cotidiano, as relações de respeito e reconhecimento do aluno surdo e suas diferenças estão concretizadas e são percebidas por eles”. Diante desta perspectiva, é imprescindível que o aluno surdo tenha em seu currículo escolar com base na abordagem bilíngue, pois só assim irão obter condições propícias para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

A aprendizagem na Escola Bilíngue legitima a língua de sinais, e a integração entre os pares, como prioridades no desenvolvimento do aluno surdo, sendo assim vamos observar as falas dos alunos da Escola Bilíngue no que diz a aprendizagem neste espaço educacional.

Na escola Bilíngue, fui aprendendo os nomes em Libras e fui guardando na memória, agora ta claro. (Lia, linhas 161-162)

Na Escola Bilíngue é muito bom a aprendizagem, aqui e muito bom, é ótima, aqui as palavras têm nome e sinal. (Renato, linhas 187-188)

Aqui na Escola Bilíngue eu aprendo Libras é muito bom para eu aprender e me comunicar. (Elias, linhas 286-287)

Como consta na fala dos alunos, em uma instituição Bilíngue para surdos, a aprendizagem é diferenciada, pois as palavras passam a ter um significado visualmente, e com base na língua de sinais que é a primeira língua de instrução, estes alunos aprendem durante todo o tempo, pois realmente acontece a integração com seus pares surdos. Para Machado,

A escola precisa reconhecer o fato de que, para os surdos é imprescindível que eles se encontrem e se agrupem. Nesses grupos podem estabelecer comunicação e sentirem-se confortáveis pela afinidade e identidade relativamente à surdez, além da importância da linguagem compartilhada para o processo de construção do conhecimento e da formação da consciência. (MACHADO, 2008, p.100).

A língua de sinais na educação do surdo desempenha um papel determinante na construção do conhecimento e desenvolvimento de habilidades linguísticas, comunicativas, e cognitivas, portanto, de acordo com esta perspectiva a educação bilíngue é a proposta que os surdos buscam como direito de serem educados, para assim legitimarem sua língua e identidade cultural.

O ingresso do aluno surdo em Escola Bilíngue oportuniza uma mudança no contexto de vida, no desenvolvimento da autonomia, auto-estima elevada, motivam-se para difundir participação na sociedade, respeito às diferenças, e se mobilizam politicamente em prol das conquistas da comunidade surda. Como ilustra a fala dos alunos da Escola Bilíngue:

Depois da escola bilíngue eu aprendi a combinar as palavras nas frases, o desenvolvimento e interação é melhor. Antes Libras era só libras, não conhecia frases e palavras, agora eu estudo melhor e quero continuar aprendendo é muito bom, estou muito contente.(Diana, linhas 61-64)

Com a entrada na escola bilíngue é bom para ler, a interação com a sociedade mudou, eu gosto muito.(Mila, linhas 94-95)

Com a entrada na Escola Bilíngue eu fiquei mais esperto, estou aprendendo a escrever, estou aprendendo muitas coisas importantes para minha vida. (Bento, linhas138-140)

Como mostram as falas, o surdo para desenvolver a aprendizagem é essencial a aquisição da libras, e o espaço educacional bilíngue rompe com os estigmas de incapacitado e possibilita que o surdo construa a sua aprendizagem visualmente e dê significado às vivências do cotidiano, visto que o surdo que estuda de acordo com esta abordagem habitualmente

interage com seus pares, e amplia o vocabulário linguístico e potencializa a obtenção de conhecimentos. A escola bilíngue para muitos surdos é o local onde eles podem efetivamente realizar uma comunicação pautada na língua de sinais. Como ilustra a fala dos surdos:

Com a entrada na Escola Bilíngue é diferente o instrutor e a professora ajudam, eles ensinam. Na escola regular eu não consigo aprender, é difícil, a escola regular não combina com o surdo, agora na escola de surdo, tudo combina e da certo; a escola de ouvinte é diferente. Agora sim a comunicação combina e acontece, o surdo interage com as palavras certas, a minha mente abriu e é bom. (Lia, linhas 163-167)

Aqui na Escola Bilíngue nos aprendemos a conversar com os surdos, eu fiquei mais esperto, eu gosto daqui, hoje eu sou mais seguro e isso é muito bom. (Renato, linhas 189-191))

Eu aprendi muito, aqui é bom. Fiz muitas amizades e conversei bastante com meus amigos, já com dois anos de Escola Bilíngue eu aprendi muito. (Jean, linhas 240-242)

Pelo exposto como podemos observar nos relatos dos alunos é evidente que esta abordagem metodológica bilíngue oferece aos surdos possibilidades de ultrapassar os limites do preconceito e exclusão para que se reconheça as diferenças e transforme o panorama educacional. A proposta de educação bilíngue surgiu no Brasil entre os anos 80 e 90, portanto tem pouco mais de 20 anos e se mostra uma experiência comprovada com êxito, por partir do véis linguístico e cultural. De acordo com Martins:

A escola para surdos de proposta bilíngue proporciona, muitas vezes, o único contato que os surdos tem com a língua de sinais, tornando-se um espaço de construção de identidades. A partir do reconhecimento da identidade das trocas significativas com seus pares é que os surdos vão se fortalecer, estabelecendo relações seguras com o mundo, porque essas são feitas por meio de suas escolhas compreensão e consciência. (MARTINS, 2012, p.159).

A relevância da escolarização bilíngue para surdos centra-se na língua e cultura, partindo das relações estabelecidas cotidianamente, visto que como podemos observar, muitos surdos vivenciam um processo de supressão linguística no espaço familiar e a escola bilíngue é um contexto onde exclusivamente os surdos vivenciam o direito ao respeito linguístico e cultural, partindo da diferença. O espaço educacional bilíngue amplia as possibilidades para os surdos estarem inseridos em outros espaços da sociedade, visto que esta proposta implica na auto-afirmação identitária e política de ser surdo.

É fundamental preservar a comunidade surda, pois através dos surdos inseridos nesta comunidade são transmitidos a cultura, os aspectos linguísticos, conceitos e valores que são difundidos e sistematizados para a evolução linguística e educacional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto histórico da educação dos surdos apresenta fatos que deixaram vestígios na atualidade. Devido na antiguidade, os surdos serem caracterizados como sujeitos incapazes e inferiores, tratados como animais, temos, na atualidade, os resquícios de toda essa opressão e negação na necessidade de, ainda hoje, os surdos lutarem para ter a sua língua (re)conhecida perante a sociedade.

Ao longo da história vimos que aos surdos não era permitido ser diferente do padrão único e perfeito do ouvinte, para ele não ser desviante foram inúmeras e infrutíferas as tentativas de oralização dos mesmos para adequá-los ao modelo social e educacional de normatização hegemônico. Na busca pela oralização dos surdos o campo educacional utilizou-se de muitas abordagens metodológicas na tentativa de desenvolver os surdos linguística e educacionalmente, porém estas experiências partiram de uma concepção dos ouvintes sobre o que seria a surdez e não foi indagado aos surdos a forma como eles gostariam que contemplasse o sistema educacional destinado a eles.

Atualmente, o que está em vigor na lei brasileira, no que se refere à educação de surdos é o modelo de inclusão, com o ponto de vista, novamente dos ouvintes, de que esta é a melhor proposta para a educação de surdos. De modo diverso, a comunidade surda almeja participar da sociedade sendo respeitado como surdo e tendo o direito a um espaço educacional exclusivo, em que todas as ações desenvolvidas na escola contemplem a língua de sinais e o viés cultural como pontos comuns em todas as atividades. A luta do movimento surdo nacional é para que desde o porteiro da escola, a merendeira, gestores, professores e suas metodologias atendam o aluno surdo em língua de sinais, pois só assim os alunos estarão inseridos em um ambiente educacional inclusivo, pois respeita as suas peculiaridades.

A pesquisa a cerca do desenvolvimento linguístico e educacional dos alunos que estudam na Escola Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, em Sumé, possibilitou-nos perceber e concluir que para o aluno surdo a vivência neste espaço educacional proporciona ao aluno ingresso um aprendizado significativo, visto que a língua de instrução de todas as disciplinas é a língua de sinais. O direito a prioridade linguística, oportuniza para o surdo desenvolver-se linguisticamente, educacionalmente e cognitivamente.

Diante deste aspecto acreditamos ser imprescindível a implantação de um maior número possível de escolas bilíngues no Brasil, para, assim, os surdos terem acesso a um sistema educacional específico para as pessoas com surdez, que contemple a língua de sinais

como primeira língua, com professores fluentes em língua de sinais, que respeitem as diferenças linguísticas, que utilizem metodologias específicas para os surdos e instrutores que sejam referência e líderes surdos.

Os estudos avançam e comprovam que a educação bilíngue para surdos é a que expõem o surdo ao melhor desenvolvimento linguístico, educacional e social, porém esta abordagem educacional não é reconhecida pelo sistema de educação brasileiro que acredita ser o melhor a inclusão na rede regular de ensino.

O processo de investigação possibilitou-nos pesquisar e vivenciar a experiência de um ambiente educacional bilíngue para surdos, e confirmou que este é o mais indicado para os surdos, visto que a língua de instrução de todas as disciplinas é a libras, que permite ao surdo estabelecer uma comunicação e entendimento no momento da aula; as metodologias aplicadas em sala partem de uma proposta visual; no cotidiano a interação entre os pares, permite uma troca de experiências e fortalece o grupo, enquanto comunidade; o instrutor surdo potencializa o desenvolvimento da língua de sinais de maneira interativa e participativa.

Apesar dos avanços que acima expomos é lamentável que na história dos surdos de Sumé os gestores da política educacional municipal não tenham acreditado e lutado mais pelos surdos, e no início de 2014 a Escola Bilíngue para Surdos “Nossa Senhora da Conceição”, localizada no bairro do Mandacaru, em Sumé, tenha sido fechada com o argumento de que a escola está funcionando com o número muito reduzido de alunos e com despesas elevadas. Doravante os alunos foram transferidos para uma sala de aula da rede regular de ensino. Agora os alunos da escola bilíngue estão alocados em uma sala de aula da Escola Municipal Zélia Braz, localizada no bairro de Várzea Redonda. A transferência ordenada pela secretaria de educação do município ignorou o desejo e a necessidade dos alunos de estudarem na Escola Bilíngue. Mesmo mediante muitas solicitações para que a escola retornasse ao seu local de funcionamento habitual não foram atendidos os pedidos dos surdos, familiares e comunidade em geral.

As razões expostas informam de que a secretaria de educação tenta por 02 anos consecutivos, desde sua fundação, realizar cadastro da Escola no INEP/MEC, porém não obtendo êxito. A escola funcionou por 02 anos no bairro do Mandacaru, o local não é o mais adequado para o funcionamento de uma instituição para surdos, contanto é um espaço de afirmação política do grupo surdo sumeense, onde se estabelece relações e ocorre troca de experiências cotidianamente.

Ao término da pesquisa pudemos vivenciar o anacronismo na educação dos surdos aqui na cidade de Sumé, visto que uma escola bilíngue que deveria ser referência

linguística e educacional para surdos, atualmente ocupa uma sala de aula de uma instituição regular de ensino, e de acordo com as visitas e observações a esta escola não possibilita integração, muito menos, inclusão.

Percebemos que é muito forte a concepção de negação do surdo como sujeito de direitos e que este sistema educacional em vigor não acata muito facilmente as solicitações advindas dos surdos. Mas os surdos não desistem e não deixam de lutar em prol do reconhecimento linguístico, do respeito às diferenças e também buscam um espaço educacional bilíngue, pois este aceita as diferenças e as peculiaridades de cada um.

Diante destes elementos que surgiram ao término de nosso processo de investigação podemos concluir que apesar da abordagem bilíngue ser a que melhor contribui para o desenvolvimento do surdo, seja na instância linguística, educacional e social, visto que favorece o compartilhamento de culturas e o desenvolvimento da língua de sinais, ainda há muito o que ser investigado com relação ao projeto educacional de Sumé para os seus surdos.

REFERÊNCIAS

- ARCOVERDE, Rossana Delmar de Lima. In: Dorziat Ana(org) .**Estudos Surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- BRASIL. Decreto 5626/05, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- _____. Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.
- _____. Ministério da Educação. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Trad. Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora. 1991.
- BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na educação de surdos**. Belo Horizonte: Autêntica,1998.
- COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- DORZIAT, Ana. **Estudos Surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- EDGAR, Andrew; SEDGWICK, Peter. **Teoria social de A a Z**. São Paulo: [s. n.], 2003
- GIANINI, Eleni. **Professores surdos de Libras**: A centralidade de ambientes bilíngues em sua formação. 203f (Tese de doutorado em educação). Programa de Pós Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/10472/1/ElenyG_TESE.pdf
Acesso em: 16 de março de 2014.
- GLEITMAN, Henry; REISBERG, Daniel; FRIDLUND, Alan J. **Psicologia**. 5.ed. New York: WW Norton & Company, 1999.
- LIMA, Niédja Maria Ferreira de, In: DORZIAT, Ana (org) .**Estudos Surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão**: um olhar do egresso surdo- Florianópolis: Ed. UFSC, 2008.
- MARTINS, Carlos Roberto. **A cultura surda na escola**. . In:_____. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. Perlin, Gladis; Stumpf, Marianne(org.) 1ed- Curitiba, PR:CRV, 2012.

MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Editora Revinter, 2000.

PERLIN, Gládis T.T . Identidades surdas . In: SKLIAR, Carlos (org.) **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

PORTO, Shirley Barbosa das Neves. Desafios e perspectivas para movimento surdo em Sumé, no Cariri Paraibano. In: SILVA, José Irivaldo Alves de Oliveira. et al (org.). **Cidadania, Educação e Direitos Humanos no Semiárido**. Campina Grande – PB: EDUFCEG, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ. Lei Municipal 1052, de 30 de março de 2012.

QUADROS, R. Muller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre. 1997.

_____, Ronice Muller de. O ‘BI’ em bilinguismo na educação de surdos. In: FERNANDES, E. et al. (Orgs.) **Surdez e bilinguismo** . Porto Alegre: Mediação, 2005, p. 26-36.

_____, Ronice Muller de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RAMIRES, Alejandro Rafael Garcia; MASSUTI, Maria Lúcia. **A educação de surdos em uma perspectiva bilíngue**: uma experiência da elaboração de softwares e suas implicações pedagógicas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009.

ROSA, Emiliana Faria. **Identidades Surdas**: o identificar do surdo na sociedade. In: PERLIN, Gládis; STUMPF, Marianne. (orgs). **Um olhar sobre nós surdos**: leituras contemporâneas. Curitiba - PR: CRV, 2012.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria do Socorro; SILVA, Adelaide Pereira da. **Educação do Campo**: que Campo e que Educação? [S.l]: Mimeo, 2013.

STOBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mourino. Educação Especial: em direção a educação inclusiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed da UFSC, 2008.

STUMPF, Marianne Rossi. **A educação bilíngue para surdos**: relatos de experiências e a realidade brasileira. In: QUADROS, Ronice Muller de; STUMPF Marianne Rossi (org.) Estudos surdos IV. Petropolis, RJ: Arara Azul, 2009.

**APÊNDICE A - SOLICITAÇÃO PARA COLETA
DE DADOS NA ESCOLA BILÍNGUE PARA
SURDOS NOSSA S. DA CONCEIÇÃO- SUMÉ**



Universidade Federal
de Campina Grande



Centro de
Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO-CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO- UAEDUC

SOLICITAÇÃO

Eu, Adriana Farias do Nascimento, venho mui respeitosamente solicitar a V. Sa. autorização para coleta de dados para realização da pesquisa inicialmente intitulada, Contexto histórico, linguístico e educacional dos surdos, ao longo dos tempos: um novo paradigma construído na realidade da Escola Bilíngue para Surdos em Sumé/PB , realizada como requisito para elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da professora Joyce Alencar Gomes.

A citada pesquisa utilizará como amostra os 11 alunos da Escola Bilíngue para Surdos e objetiva compreender esse processo a partir da realidade que vivenciam.

Adriana Farias do Nascimento
Aluna Pesquisadora

Joyce Gomes de Alencar
Professora Orientadora

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO
LIVRE E ESCLARECIDO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Sr. (a)

Eu, Adriana Farias do Nascimento, como aluna do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade Federal de Campina Grande, pretendo desenvolver uma pesquisa com alunos da Escola Bilíngue para Surdos, inicialmente intitulada, Contexto histórico, linguístico e educacional dos surdos, ao longo dos tempos: um novo paradigma construído na realidade da Escola Bilíngue para Surdos em Sumé/PB, sob orientação da professora Joyce Gomes de Alencar (pesquisadora responsável).

As razões que me levam a estudar o assunto é compreender os avanços linguísticos e educacionais alcançados a partir da implantação da Escola Bilíngue para surdos em Sumé. Os dados serão coletados a partir de utilização de um roteiro de entrevista.

Informamos que será garantido o direito ao anonimato, assegurado sua privacidade. Você será livre para retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária, não irá acarretar qualquer dano nem custos para você. Esclarecemos que não será disponível nenhuma compensação financeira e que os dados contidos nesta investigação serão divulgados em eventos científicos da categoria e em periódicos.

Diante do exposto, reitero minha responsabilidade no referido estudo, através da assinatura abaixo.

Joyce Gomes Alencar

Fone: (87) 9900-2312

Consentimento do Voluntário

Declaro que fui devidamente esclarecido (a) e admito que revisei totalmente e entendi o conteúdo deste termo de consentimento.

Eu _____, aceito participar desta pesquisa desde que assegurado o anonimato. De minha parte o faço de livre e espontânea vontade, não tendo sido forçado (a) ou coagido (a) para tal, e ciente de que os dados serão usados pela responsável pela pesquisa com propósitos científicos. Estou ciente também que receberei uma cópia deste documento.

Sumé, _____

Assinatura do participante
Atenciosamente

Endereço do pesquisador responsável (trabalho):

Rua: José Paulino de Barros, nº 300, bairro Santa Rosa

Telefone contato: (87) 9900-2312

E-mail: joycealencar100@gmail.com/Joyce.gomes@ufcg.edu.br

**APÊNDICE C - INSTRUMENTO DE
COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE
CONDUÇÃO DA ENTREVISTA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
PROF(a): JOYCE GOMES DE ALENCAR
ALUNA PESQUISADORA: ADRIANA FARIAS DO NASCIMENTO

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DA ENTREVISTA

Dados pessoais:

Idade:

Cidade:

Zona rural ou zona urbana:

Escolaridade:

Profissão:

Motivo da surdez:

A família se comunica por Libras:

sim não apenas alguns sinais

A família tem interesse de aprender Libras?

Como funcionava a comunicação antes da entrada na escola bilíngue?

No passado a comunicação era difícil ou natural? Como?

Já estudou na escola regular?

sim não, caso sim e o aprendizado como funcionava?

E na escola bilíngue como foi o aprendizado?

O que mudou na sua vida com o ingresso na escola bilíngue?

ANEXO A – LEI MUNICIPAL N°1.052, de 30 de
Março de 2012



PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

61 1

LEI MUNICIPAL Nº 1.052, de 30 de março 2012.
(iniciativa do Poder Executivo)

**CRIA UNIDADE DO ENSINO
MUNICIPAL NA REDE OFICIAL
DO SISTEMA MUNICIPAL DE
ENSINO.**

O Prefeito do Município de Sumé, faço saber que a Câmara Municipal Decreta e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É criada, na Rede Oficial do Sistema Municipal de Ensino, administrado pela Secretaria da Educação, a Unidade Municipal de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Bilingue para Surdos "Nossa Senhora da Conceição", localizada na sede do Município de Sumé.

§ 1º A unidade destina a crianças, jovens e adultos com surdez, com surdez associada a outras deficiências, limitações, condições ou disfunções, e surdo-cegueira, cujos pais do aluno, se menor, ou o próprio aluno, se maior, optarem por esse serviço de educação especial.

§ 2º A unidade atenderá as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental regular e da modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA da Educação Básica.

Art. 2º Regra geral, o desenvolvimento das atividades educacionais a cargo da unidade dar-se-á com recursos orçamentários, financeiros e humanos do Município, e, se necessário, em regime de mútua colaboração com órgãos e entidades dos governos federal, estadual ou municipal, mediante a firmação de convênios, acordos, ajustes ou parcerias.

Art. 3º Para os fins de composição do corpo diretivo da unidade educacional de que trata o art. 1º desta Lei, fica criado no Serviço Civil da Administração Direta do Poder Executivo (1) um cargo de provimento em comissão de Diretor, símbolo DSC-5, e imediatamente integrado ao Quadro de Cargos de Provimento

62²

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMÉ

em Comissão das Unidades de Ensino constantes do ANEXO IV da Lei Complementar nº 13, de 8 de janeiro de 2010.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Município de Sumé para o corrente exercício financeiro.

Art. 5º O Chefe do Poder Executivo expedirá a regulamentação necessária à execução desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Sumé (PB), 30 de março de 2012.


Francisco Duarte da Silva Neto
Prefeito


Betânia Macêdo da Silva Brito
Secretária de Educação

ANEXO B- CARTA DE INTENÇÕES PARA
COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL



64

CARTA DE INTENÇÕES PARA COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

À Universidade Federal de Campina Grande, representada pelo Magnífico Reitor, **Prof. THOMPSON FERNANDES MARIZ**, através do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA e a Prefeitura Municipal de Sumé/PB, representada pelo Exmº Sr. Prefeito **FRANCISCO DUARTE DA SILVA NETO** e a Secretaria de Educação do Município, a Sra. **BETÂNIA MACEDO**, facultados para comparecer e outorgar atos como o presente e assinar o respectivo documento, acordam os seguintes termos:

CONSIDERANDO:

Que ambas as instituições intencionam consolidar e fomentar em benefício de suas respectivas instituições os vínculos existentes de amizade, entendimento e colaboração entre os ditos organismos e de fixar um marco específico que fortaleça e incremente as suas relações na área da Docência, Pesquisa e Extensão numa perspectiva Bilíngue de Educação de Surdos.

Que na ocasião da inauguração oficial da UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL BILÍNGUE PARA SURDOS "NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO" (UMEIEFBS), a PREFEITURA, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO e a UNIVERSIDADE estabelecem acordo na presente Carta de Intenções, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente instrumento tem como objetivo estabelecer um marco de intenções entre as instituições signatárias para apoiar o desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa e da Extensão em Educação, em Educação Bilíngue para Surdos, Em Educação Bilíngue para Surdos em um contexto de Educação do Campo e nos Direitos Humanos.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As instituições mencionadas concordam, dentro de suas disponibilidades em:

- Estimular o desenvolvimento da pesquisa aplicada à Educação Bilíngue para Surdos, apoiando-se mutuamente em aspectos que melhor domine cada uma;
- Apoiar o desenvolvimento teórico-metodológico dentro da UMEIEFBS. Nesse sentido: 1) a PREFEITURA e a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1



65

Para garantir que a UMEIEFBS se constituirá como campo para pesquisa e extensão da UFCEG, desde que estas questões estejam relacionadas com os interesses da Escola e 2) A UNIVERSIDADE se compromete em assessorar pedagogicamente a formação dos professores da UMEIEFBS e dar suporte material para o desenvolvimento/realização das propostas pedagógicas a serem desenvolvidas na Escola, que estejam relacionadas a atividades de Docência, Pesquisa e Extensão oriundas DA UNIVERSIDADE.

- Participar na difusão dos conhecimentos que se gerem a partir de ações promovidas pelo presente instrumento.

§ 1. Para a consecução destas ações, propõem:

- A participação mútua em Congressos, Simpósios e Cursos organizados pelas partes.
- O acolhimento de estudantes e estagiários, de acordo com os requisitos de cada instituição.

§ 2. O programa detalhado das atividades de cooperação previstas nesta cláusula será estabelecido, a cada dois anos, pelas autoridades das mencionadas instituições, devendo cada uma das partes designar um representante para coordenar e definir as prioridades entre os campos que seguem:

- Dotar os docentes da UMEIEFBS de referencial teórico básico que enriqueça a UMEIEFBS no tratamento das questões relativas ao seu Projeto Político-Pedagógico de Educação Bilíngue para Surdos, um elemento fundamental para o seu fortalecimento como Unidade de Educação Infantil e Ensino Básico Bilíngue para Surdos.
- Produção de material didático e paradidático a ser utilizado numa perspectiva Bilíngue de Educação de Surdos.
- Consolidar a formação do corpo docente da UMEIEFBS para atuação na perspectiva Bilíngue de Educação de Surdos.
- Possibilitar que docentes e discentes da UNIVERSIDADE considerem a UMEIEFBS como *locus* de produção científica no campo da Educação, Educação Bilíngue para Surdos, Educação do Campo e dos Direitos Humanos.

CLÁUSULA TERCEIRA:

(Handwritten signatures and initials)



Para alcançar a realização das atividades propostas nas cláusulas anteriores, as instituições comprometem-se em procurar meios financeiros próprios.

§ 1. Eventuais instrumentos de financiamento complementares para o trabalho desenvolvido pela Escola, relativos a Programas institucionais das duas partes serão objeto de um acordo complementar cuja duração dependerá dos editais de fomento dos referidos Programas.

§ 2. As publicações resultantes de trabalhos realizados com apoio deste instrumento, por grupos de pesquisa ou professores de qualquer das partes, deverão mencionar a ajuda recebida através do mesmo.

CLÁUSULA QUARTA:

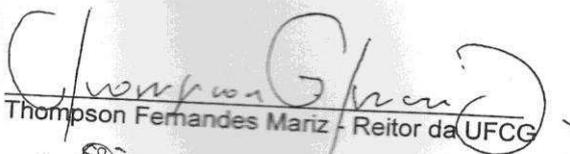
O presente instrumento de cooperação tem validade por um período de cinco anos, a partir da data de sua assinatura e poderá prorrogar-se sucessivamente em interesse mútuo. Faculta-se as parte à possibilidade de interromper a sua participação, devendo notificar a outra parte com antecedência mínima de seis meses.

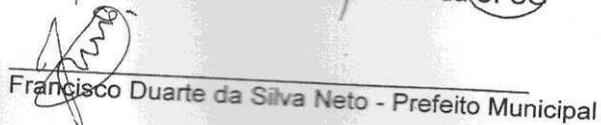
CLÁUSULA QUINTA:

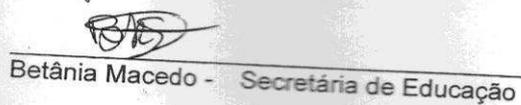
As situações não previstas na presente Carta de Intenções, assim como qualquer dúvida surgida para sua interpretação ou devido ao cumprimento, serão resolvidas por negociação entre as partes.

A presente carta de Intenções será assinada em três vias, ficando um exemplar em poder de cada uma das partes.

Sumé/PB, 30 de março de 2012

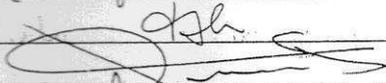
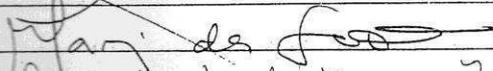

Thompson Fernandes Mariz - Reitor da UFCEG


Francisco Duarte da Silva Neto - Prefeito Municipal


Betânia Macedo - Secretária de Educação

ANEXO C-ATA DA REUNIÃO DE CRIAÇÃO DA
U.M.E.I.E.F BILÍNGUE PARA SURDOS NOSSA
SENHORA DA CONCEIÇÃO NA CÂMARA
MUNICIPAL DA CIDADE DE SUMÉ

Ata da Comissão de Justiça e Redação aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e doze ⁶⁷ às vinte horas no Plenário da Câmara Municipal de Sumé realizou-se a reunião de Comissão de Justiça e Redação. Compareceram os Excelentíssimos Senhores Vereadores: Fabíola Ferreira de Silva, Vicente Lourenço e Maria das Graças Braz Batista. Sob a presidência do Excelentíssimo Senhora Vereadora Fabíola Ferreira de Silva, constou a ordem do dia Projeto de Lei Nº 209/2012. Cria Unidade do Ensino Municipal no nível oficial do sistema municipal de ensino de autoria do Poder Executivo Municipal, a Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Vereadora Fabíola Ferreira de Silva nomeou o Excelentíssimo Senhor Vereador Vicente Lourenço para relator da Comissão o qual expressou seu voto favorável ao Projeto de Lei Nº 209/2012, sendo aprovado por todos que compõem a Comissão. Nada mais havendo e tratar a Excelentíssima Senhora Presidente da Comissão Vereadora Fabíola Ferreira de Silva declarou encerrada a reunião lavrando a presente Ata, a qual lida e apreciada foi então assinada.

Ata da Comissão de Justiça e Redação aos vinte e dois dias do mês de março de dois mil e doze às vinte horas no Plenário da Câmara Municipal de Sumé realizou-se a reunião de Comissão de Justiça e Redação. Compareceram os Excelentíssimos Senhores Vereadores: Fabíola Ferreira de Silva, Vicente Lourenço e Maria das Graças Braz Batista. Sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vereador Vicente Lourenço, constou a ordem do dia Projeto de Lei Nº 210/2012. Da nova redação ao artigo 1º da Lei 1031 de 02 de maio de 2011 que denomina Unidade âncora de Saúde José Augustinho de Lima de au-

ANEXO D- IMAGENS



Imagem 01 - Fachada da Escola Bilingue para Surdos Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Mandacaru- Sumé. Arquivo pessoal da pesquisadora/2013



Imagem 02 - Fachada da Escola regular Zélia Braz, no Bairro de Várzea Redonda- Sumé. Arquivo pessoal da pesquisadora/2014.



Imagem 03 - Porta de entrada do banheiro feminino. Arquivo pessoal da pesquisadora/2013.



Imagem 04 - A interação do cotidiano nas aulas. Arquivo pessoal da pesquisadora /2013.



Imagem 05 - Atividade produzida em sala sobre os direitos das pessoas. Arquivo pessoal da pesquisadora/2013.



Imagem 06 - Atividade sobre as cores. Arquivo pessoal da pesquisadora/2013.



Imagem 07 - Desenvolvimento de atividade coletiva. Arquivo pessoal da pesquisadora/2012.



Imagem 08 - Viagem de intercâmbio para as cidades de Aroeiras e Gado Bravo, no agreste paraibano. Arquivo pessoal da pesquisadora/2012



Imagem 09 - Desfile cívico de 07 de setembro de 2013. Arquivo pessoal da pesquisadora.



Imagem 10 - Desfile cívico de 07 de setembro de 2014. Arquivo pessoal da pesquisadora.



Imagem 11 - Comemoração ao dia do surdo, assistindo o filme: O seu nome é Jonas Arquivo pessoal da pesquisadora/2012



Imagem12 - Encontro de Surdos no evento Setembro Azul (movimento que luta em prol de Escolas Bilíngues para surdos) na cidade de Sumé, 2012. Arquivo pessoal da pesquisadora/2012.